

POVO LIVRE

Director: Luis Álvaro Campos Ferreira

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolivre@psd.pt

XIII Cimeira Ibero-Americana



O Primeiro-Ministro fala por Portugal

Morais Sarmento em visita oficial a Timor-Leste



“Os compromissos assumidos por este Governo serão todos integralmente cumpridos”

Pags. 12 e 13

“Vendaval de Mudança”



Um artigo do Prof. Rui Verde

Pags. 7 e 8

Ministra das Finanças



Recuperação Económica terá sinais em 2004

Conselho de Ministros



O Conselho de Ministros, na sua reunião habitual reunião semanal na Presidência do Conselho, na quarta feira, dia 12, aprovou diversos diplomas, dos quais oito Decretos-Lei, três Resoluções, um Decreto e um Decreto Regulamentar.

Os primeiros Decretos-Lei aprovam a orgânica de diversos organismos Estatais ou para-Estatais, que foram:

Orgânica do Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde

Decorridos cerca de 10 anos sobre a solução integrada entre sistemas de informação e gestão económica financeira do sistema de saúde, importa agora actualizar e adaptar às novas realidades uma estrutura que se pretende moderna e capaz de enfrentar os desafios que se colocam a uma nova política de saúde.

Embora se reconheça que o Estado deve continuar a assegurar as prestações de saúde através do Serviço Nacional de Saúde, pretende-se introduzir profundas alterações no modo como se gerem e aplicam os recursos existentes, com vista a obter ganhos de eficiência.

Uma das peças essenciais de qualquer sistema de saúde é a entidade que fica responsável pela distribuição dos recursos, através de critérios essencialmente técnicos de natureza económico-financeira. Por via desse instrumento, é possível introduzir regras de gestão adequadas ao melhor desempenho das instituições de saúde integradas na rede nacional de prestação de cuidados, sejam elas de titularidade pública ou privada. Para que seja possível atingir os objectivos desejados, é necessário dotar o funcionamento dessa estrutura com a adequada informação estruturada sobre meios de comunicação.

O Instituto agora reorganizado vê as suas competências reforçadas em matéria de sistemas de informação para que se disponibilize, em tempo e a todos os interessados, a informação necessária e nos suportes adequados à optimização da utilização dos recursos, quer sejam do sector público ou privado. Para tanto, é necessário redefinir a missão do Instituto, orientando a actividade para uma função regulamentadora.

Por outro lado, torna-se necessário reforçar a intervenção no sector do aprovisionamento público, em especial no específico da saúde, através da introdução de novas formas de aquisição de bens e serviços que, de uma forma desburocratizada, permita dinamizar o mercado assente em plataformas informáticas.

É esta nova concepção da missão do Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde que se pretende construir através de uma nova Lei Orgânica dotada dos instrumentos de funcionamento adequados.

Orgânica do Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério

da Economia

Com a publicação do diploma que aprova a nova lei orgânica do Ministério da Economia, foram definidas as competências do Gabinete de Estratégia e Estudos, que visa apoiar os membros do Governo na definição de políticas económicas e na estratégia de actuação do Ministério, bem como apoiar os diferentes organismos do Ministério, através do desenvolvimento de estudos e da recolha e tratamento de informação.

Este Decreto-Lei pretende dotar o Gabinete de Estratégia e Estudos de uma orgânica própria, fixando as suas atribuições, organização e regime de funcionamento.

Orgânica da Direcção-Geral de Geologia e Energia (DGGE)

O presente diploma decorre da recente publicação da nova orgânica do Ministério da Economia, na qual se previa a extinção da Direcção-Geral de Energia e do Instituto Geológico e Mineiro. Na reestruturação efectuada, a Direcção-Geral de Geologia sucede à Direcção-Geral de Energia e, parcialmente, ao Instituto Geológico e Mineiro.

Neste diploma são definidos a natureza e atribuições da DGGE, os órgãos que a integram, a sua composição e funcionamento, bem como os princípios gerais da organização e funcionamento.

Contempla, ainda, as disposições finais e transitórias tendentes a assegurar a transição do pessoal e a sucessão de bens, direitos e obrigações.

4. Decreto-Lei que aprova a orgânica do Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação (INETI).

O Decreto-Lei agora aprovado decorre da recente publicação da nova orgânica do Ministério da Economia, que prevê a sucessão parcial do INETI ao extinto Instituto Geológico e Mineiro.

O diploma define a natureza e atribuições do INETI, os respectivos domínios prioritários de intervenção, os órgãos que o integram, os princípios gerais da organização e funcionamento, as metodologias de gestão financeira e patrimonial e o regime de pessoal.

Contempla, ainda, as disposições finais e transitórias tendentes a assegurar a transição do pessoal e a sucessão de bens, direitos e obrigações.

Orgânica da Direcção-Geral do Turismo (DGT)

O Governo aprovou esta lei em cumprimento do seu programa, quer quanto à reforma institucional do Turismo, quer quanto à revisão dos conceitos de valorização e estruturação da oferta, e também do disposto na Lei Orgânica do Ministério da Economia.

O estatuto orgânico fixa o quadro das atribuições que à DGT cumpre

Conselho de Ministros

prosseguir, assim como a sua organização e funcionamento, tendo em conta o quadro institucional actual do Ministério da Economia. Nesse contexto, a DGT concentra-se no seu objecto efectivo e deixa de exercer as funções de gestão comum que passam a ser executadas ao nível dos organismos centralizados.

A DGT adoptará uma filosofia de funcionamento direccionado para a óptica do promotor, que viabiliza uma lógica de proximidade com este e uma agilização de procedimentos internos.

Este novo posicionamento da DGT responderá, igualmente, aos objectivos de estreita articulação com as entidades do Ministério da Economia e de cooperação com as entidades empresariais e associativas representativas do sector, assim como com as Universidades ou outros centros de competência.

No âmbito do seu funcionamento, a DGT desenvolverá todos os esforços para facilitar a actividade das empresas turísticas, sem prejuízo do seu papel regulador e de garante da lei.

Para o efeito, a DGT vai empenhar-se de forma activa e construtiva na obtenção de soluções destinadas à simplificação dos processos burocráticos e que viabilizam ganhos de competitividade para as empresas do sector.

Autorização da cantaxantina nos alimentos para animais

Por Decreto-Lei é transposta para a ordem jurídica nacional a Directiva 2003/7/CE da Comissão, de 24 de Janeiro de 2003, que altera as condições de autorização da cantaxantina nos alimentos para animais, em conformidade com a Directiva 70/524/CEE do Conselho.

É necessário garantir que a presença e o teor de determinadas substâncias nos alimentos para animais ocorra abaixo de determinados limites máximos, de forma a evitar efeitos indesejáveis e prejudiciais na saúde animal ou, pela sua presença nos produtos animais, na saúde humana ou no meio ambiente.

Assim, são estabelecidos no presente diploma, à luz dos actuais conhecimentos técnicos e científicos, novos valores de concentração máxima para a cantaxantina em alimentos destinados a salmonídeos, frangos e galinhas poedeiras, com o objectivo de garantir uma maior segurança dos consumidores.

Estatutos das Regiões Vitivinícolas de Lagoa, Lagos, Portimão e Tavira

Por Decreto-Lei são alterados os Estatutos das Regiões Vitivinícolas de Lagoa, Lagos, Portimão e Tavira, que tinham sido aprovados pelo Decreto-Lei n.º 299/90.

Entretanto, em 1999, foi instituída a nova Organização Comum do Mercado Vitivinícola, aprovada pelo Reg. (CE) n.º 1493/99, do Conselho, que estabelece, nomeadamente, que os Estados-Membros devem proceder à classificação das castas aptas à produção de vinho, devendo igualmente indicar as castas destinadas à produção de cada um dos Vinhos de Qualidade Produzido em Região Determinada.

Em consequência, através da Portaria n.º 428/2000, foram fixadas as castas aptas à produção de vinho em Portugal e a respectiva nomenclatura.

Nestas condições, é importante actualizar a lista das castas para a produção do vinho com direito às denominações de origem de Lagoa, Lagos, Portimão e Tavira, previstas nos referidos Estatutos.

Por outro lado, importa proceder à alteração dos períodos de estágio mínimo dos vinhos brancos e tintos produzidos nas Regiões Vitivinícolas de Lagoa, Lagos, Portimão e Tavira.

Neste contexto, o presente diploma visa actualizar disposições relativas à produção e ao comércio das denominações de origem de Lagoa, Lagos, Portimão e Tavira, que consta dos Estatutos das Regiões Vitivinícolas de Lagoa, Lagos, Portimão e Tavira, publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 299/90.

Isenção de tributação emolumentar de actos notariais e de registo para taxistas

Por Decreto-Lei ficam isentos de tributação emolumentar todos os actos notariais e de registo decorrentes do processo de extinção de Sociedades Comerciais que tenham por objecto o exercício da actividade de transportes em táxi, bem como o registo do início de actividade sob as formas de empresário em nome individual ou de estabelecimento individual de responsabilidade limitada.

O diploma agora aprovado isenta de tributação emolumentar, até 31 de Julho de 2004, todos os actos notariais e de registo, decorrentes do processo de extinção de sociedades comerciais que tenham por objecto o exercício da actividade de transportes em táxi, incluindo os actos de transmissão dos veículos automóveis, bem como o registo do início de actividade sob as

formas de empresário em nome individual ou de estabelecimento individual de responsabilidade limitada.

Isenção de taxas relativas à substituição de alvarás de táxis

Um Decreto Regulamentar estabelece a isenção, até 31 de Julho de 2004, das taxas previstas no Decreto Regulamentar n.º 15/2003, de 8 de Agosto, relativamente à substituição de alvarás de transporte em táxi emitidos em nome de sociedades comerciais por alvarás a emitir a empresários em nome individual ou de estabelecimento individual de responsabilidade limitada.

Este Decreto Regulamentar vem permitir que alvarás emitidos em nome de sociedades comerciais constituídas por força do Decreto-Lei n.º 251/98, para o exercício da actividade de transporte em táxi, possam ser substituídos, sem custos até 31 de Julho de 2004, por novos alvarás a emitir, após dissolução das sociedades, a empresários em nome individual ou de estabelecimento individual de responsabilidade limitada que lhes sucedam, tendo em conta a possibilidade, introduzida pela Lei n.º 106/2001, de exercício da mesma actividade sob esta forma.

Revisão do Plano Nacional de Acção para a Inclusão para 2003-2005

Uma Resolução do Conselho aprova a revisão do Plano Nacional de Acção para a Inclusão para 2003-2005.

O presente Plano enquadra-se na sequência do Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI) relativo ao período 2001-2003, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2001, e visa a implementação de Programas e de Medidas que contribuam para a concretização de um fim comum europeu, como é a redução progressiva da pobreza e da exclusão social, até à sua erradicação.

Trata-se, além do mais, de dar cumprimento, por um lado, aos compromissos assumidos, em conjunto com os restantes Estados Membros da União Europeia, no contexto da Cimeira de Lisboa e, mais tarde, do Conselho Europeu de Nice, e, por outro, às linhas de acção a nível nacional definidas pelo Governo no seu programa.

Revisão anual do Plano Nacional de Emprego para 2003

Por Resolução do Conselho, foi aprovada a revisão anual do Plano Nacional de Emprego para 2003.

A presente revisão enquadra-se no processo da Estratégia Europeia para o Emprego e resulta dos ajustamentos que foi necessário introduzir em resultado das directrizes para o emprego, aprovadas pela Decisão do Conselho Europeu, de Junho de 2003, e das linhas de acção a nível nacional definidas pelo Governo.

Encarregado de missão para a situação na Guiné-Bissau

Uma Resolução do Conselho nomeia o encarregado de missão para o acompanhamento político-diplomático da situação na Guiné-Bissau e a realização de acções de apoio às autoridades daquele país, nomeadamente na sua articulação com as organizações internacionais.

Para desempenhar estas funções, o Governo nomeou como encarregado de missão junto da Ministra dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas, o Dr. António Lourenço dos Santos.

Acordo de Transporte Marítimo entre a Comunidade e a República Popular da China

Por Decreto, foi aprovado o Acordo de Transporte Marítimo entre a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e o Governo da República Popular da China, por outro.

O Acordo tem por objectivo melhorar, em benefício dos operadores económicos, as condições em que as operações de transporte marítimo de mercadorias se processam para e a partir da China, para e a partir da Comunidade Europeia, bem como para e a partir da Comunidade Europeia e da China, por um lado, e de países terceiros por outro.

Este Acordo baseia-se nos princípios de liberdade de prestação de serviços de transporte marítimos, do livre acesso às cargas e aos tráfegos entre países terceiros, do acesso sem restrições aos portos e aos serviços auxiliares e do tratamento não discriminatório no que se refere à sua utilização, bem como no que respeita à presença comercial.

Na conferência “Que Portugal em 2004?”

A Ministra de Estado e das Finanças, Manuela Ferreira Leite, ao intervir na conferência “Que Portugal em 2004?”, promovida pelo PSD de S. João da Madeira, no passado dia 8, prometeu intensificar a alienação de património estatal para controlar o défice, considerando que até agora ainda não vendeu “nada de jeito”.

“Embora digam que só me falta alienar os Jerónimos, a verdade é que ainda não vendi nada de jeito, mas não hesitarei em rentabilizar os activos que for preciso”, disse Manuela Ferreira Leite,

A ministra advertiu, por outro lado, que a recuperação económica, que terá “sinais ténues” em 2004, não poderá criar aos portugueses qualquer “ilusão” de que o Estado poderá voltar a gastar mais.

“As alienações prosseguirão até que produzam efeitos as medidas tomadas para travar a despesa pública” afirmou, a propósito de um processo que reconheceu “estar a ser moroso”.

Manuela Ferreira Leite advertiu, por outro lado, que a recuperação económica que se espera e que terá “sinais” em 2004, não poderá criar aos portugueses qualquer “ilusão” de que o Estado poderá voltar a gastar mais, que voltará ao despesismo de anteriores governos, pois isso seria desperdiçar o esforço e sacrifícios que se têm pedido e obtido dos Portugueses e comprometer a batalha do progresso económico e social para o futuro próximo.

“Diria, categoricamente, que o tempo de fazer mais despesa pública acabou. Tudo aquilo que



conseguirmos fazer em termos de correcção da despesa e de crescimento da actividade económica terá de ser canalizado para fazer baixar os impostos”, declarou.

Manuela Ferreira Leite negou, de forma absoluta que a sua política resulte apenas da necessidade de manter os défices aos níveis exigidos pela União Europeia, afirmando: “A política que estamos a seguir é absolutamente essencial também por motivos internos. Há imperativos nacionais que a impõem”, afirmou, sublinhando e chamando a atenção do auditório para o facto de que, se

Portugal não integrasse a UE, seria obrigado aos mesmos sacrifícios, nessa circunstância por imposição do Fundo Monetário Internacional e sem qualquer possibilidade de influenciar as medidas draconianas que, em tais circunstância, poderiam ser aplicadas.

Governo vai titularizar 11 mil milhões de euros de créditos vencidos

Entretanto, na passada quinta-feira, uma fonte oficial do Ministério das Finanças assegurou que o Governo

vai titularizar cerca de 11 mil milhões de euros de créditos vencidos do Estado e da Segurança Social.

O porta-voz do Ministério das Finanças disse à Lusa que “os créditos vencidos do Estado e da Segurança Social objecto da operação em preparação deverão ascender a um valor em torno dos 11 mil milhões de euros”.

Esta medida vai permitir reduzir o défice orçamental, através de receitas extraordinárias, ajudando o executivo a mantê-lo abaixo da meta dos 3% face ao produto, como prevê o Pacto de Estabilidade e Crescimento. – **Lusa**

Constituído na Assembleia da República o Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Brasil

Acaba de ser constituído o Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Brasil. Tal iniciativa da Assembleia da República Portuguesa visa incrementar o intercâmbio entre os parlamentos de Portugal e o do Brasil, permitindo uma permanente troca de impressões e experiências e facilitando o diálogo entre os representantes de ambos os povos irmãos.

O referido Grupo Parlamentar é constituído pelos seguintes Deputados: Clara Carneiro, Eduardo Neves Moreira, Graça Proença de Carvalho, Manuela Aguiar, Tavares Moreira e Teresa Morais, todos do PSD; Ana Benavente, José Lello, Maria Santos e Vicente Jorge Silva, do PS; Odete Santos, do PCP e Nuno Melo, do CDS/PP.

Escolhida a direcção do referido grupo foram eleitos os seguintes Deputados:

Presidente, Eduardo Neves Moreira (PSD); vice-presidente, Nuno Melo (CDS/PP); Secretário, José Lello (PS).

O Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Brasil deverá iniciar suas actividades nos próximos dias, quando irá fixar o ser Programa de Acção para o Ano Legislativo ora iniciado. - **Fonte: GParl.PSD**





Notícias da CPS de Braga

Visita de trabalho às Freguesias de S. Pedro de Este e Pedralva



A Comissão Política da Secção de Braga do PSD deu, no Sábado, dia 8, sequência ao seu Programa de visitas às Freguesias do Concelho, promovendo um encontro com os seus representantes nas Freguesias de Pedralva e S. Pedro de Este.

As duas freguesias visitadas apresentam um potencial de desenvolvimento e condições estruturais naturalmente distintos, desde logo por força da sua localização, mas que foram assimetricamente catalisados ou contornados por via da intervenção das autarquias.

S. Pedro de Este: Dinamismo e Progresso

Em S. Pedro de Este, a Junta de Freguesia presidida por João Costa herdou uma pesada situação financeira, com dívidas contabilizadas superiores aos 30.000 contos e com várias responsabilidades que emergiram de mandatos anteriores, mas tem sido capaz de assumir um singular dinamismo e capacidade de autofinanciamento dos seus projectos.

Na verdade, para lá de intervenções em vários caminhos rurais, da criação de loteamentos sociais, da construção da capela mortuária, da intervenção no campo de futebol e da construção da sede do Este F.C., tudo a expensas próprias, a Junta de Freguesia assegurou já a aquisição de terrenos para a expansão do cemitério e para a construção da piscina da freguesia (para a qual dispõe também de projecto próprio).

Por acréscimo, a Freguesia tem também beneficiado de intervenções da Câmara Municipal e do Estado que a transformam num dos principais polos de crescimento urbano do

concelho: estão completas as redes de abastecimento de água e de saneamento público e acessos como a Variante do Fojo ou do Alto da Vela potenciam a capacidade de atracção de novos moradores e investidores.

A Câmara Municipal assegurou, também, a primeira fase do arranjo do Adro da Igreja, aguardando-se luz verde e verbas para prosseguir com a 2ª fase, com o alargamento do cemitério e com os caminhos do Novinho e Pontão (já inscritos no Plano de Actividades da CMB).

Em contrapartida, a Câmara tem claras responsabilidades nas deficientes condições de pavimentação dos acessos ao Loteamento da Quinta da Batoca e na tardia correcção da travessia no Lugar das Cambas – onde a passagem inferior é constantemente alagada em períodos de maior chuva e onde se aguarda a “reciclagem” de uma passagem aérea de outro ponto do concelho.

De igual forma, é intolerável o alijar de responsabilidades da Câmara e dos serviços municipais no Loteamento da Bela Vista, cuja recepção sem as condições mínimas exigíveis (por óbvia falta de fiscalização) tem levado a Câmara a passar para os moradores o encargo de completar as infra-estruturas inexistentes (pavimentos, acessos, saneamento, etc.).

Presentemente, a Junta de Freguesia de S. Pedro de Este vem acarinhando com particular empenho a criação de uma valência social na Freguesia (e para apoio de freguesias vizinhas), com Centro de Noite, ATL e Creche, para o que já apresentou uma candidatura ao 3º Quadro Comunitário de Apoio.

Pedralva: Estagnação por negligência

De nada vale a Pedralva ser a terceira maior freguesia do concelho em área, na medida em que a forma como vem sendo negligenciada pela Câmara Municipal e penalizada pela falta de visão estratégica da Junta de Freguesia tem contribuído para o seu envelhecimento e quebra da população.

Tais atitudes são particularmente evidentes nos domínios das acessibilidades, infra-estruturas básicas (água e saneamento) e demais valências sociais e desportivas.

No plano das acessibilidades, a Freguesia vive uma situação de clara insegurança com a generalidade das estradas municipais, pavimentadas há já alguns anos, a permanecerem sem qualquer tipo de sinalização vertical ou horizontal, sem passadeiras ou passeios para peões nas zonas de maior movimento e sem vedação em zonas

particularmente ilustrativas da postura das autarquias: num determinado local ainda sem as infra-estruturas referidas, vem sendo recusada a emissão de uma licença de habitabilidade por falta de solicitação de ligação às redes públicas (ainda indisponíveis).

No lugar de Alvar, onde existem cerca de 50 fogos, bastaria uma iniciativa de cooperação entre a CMB e a Câmara da Póvoa de Lanhoso para assegurar o saneamento mediante ligação ao que está a ser instalado na vizinha freguesia de Louredo, assim ultrapassando as condicionantes técnicas à ligação à rede do concelho de Braga.

A inércia da Junta de Freguesia é igualmente visível no Lugar do Rio, onde se deixou aterrar e proceder a uma apropriação indevida de domínio público, em detrimento da criação de uma zona de lazer, e no abandono a que foram votadas as fontes públicas (no que toca ao tratamento das águas, à preservação do património e ao



com claros desniveis, potenciando as condições para a verificação de acidentes face ao elevado volume de tráfego (atente-se às estradas que ligam a freguesia à Póvoa de Lanhoso).

As intervenções em caminhos são feitas sem qualquer tipo de planificação, quer na vertente da largura das vias (por falta de negociação com os proprietários dos terrenos circundantes), quer pela falta de instalação das infra-estruturas básicas (que força a novas intervenções posteriores).

A Freguesia apenas está servida parcialmente de água e saneamento, verificando-se duas situações

arranjo da envolvente).

Os autarcas na oposição na Assembleia de Freguesia, liderados por Manuel Genoveva, apresentaram ainda como principais carências da freguesia a criação de um espaço de convívio para a população, a abertura de um Centro de Dia (com Lar, Creche e ATL), a construção de um Jardim de Infância, de uma capela mortuária e de um Polidesportivo e outros equipamentos desportivos.

O PSD prosseguirá, a breve trecho, com o presente ciclo de visitas às freguesias do Concelho.

C P S de Braga

Notícias dos Açores

Victor Cruz na Graciosa apela ao fim da discriminação e do atraso

Anunciada Convenção para início de 2004

No dia 12, o Presidente do PSD/Açores deslocou-se à Ilha Graciosa para reunir com os dirigentes locais do PSD, com os autarcas social-democratas e militantes em geral.

O Dr. Victor Cruz esteve presente no acto eleitoral que elegeu a nova Comissão Política de Ilha do PSD/Graciosa, que é presidida por José Ramos Aguiar e integra os vice-presidentes Luís Reis e António Silveira e os vogais Jorge Espínola, Maria Natal cordeiro, Luís Henrique Silva, Hélder Picanço, João Duarte silva, Carlos Melo, Rui Cordeiro e Paulo Melo.

Numa reunião muito participada com militantes, autarcas e dirigentes do PSD/Graciosa, Victor Cruz salientou que “estamos a viver um novo período do PSD da Graciosa”, tendo defendido que “a Graciosa não pode ficar para trás no processo de desenvolvimento dos Açores. Com o PSD, as ilhas mais desenvolvidas não têm que esperar pelas que têm menos capacidades de desenvolvimento; as ilhas mais pequenas merecerão, isso sim, uma atenção especial.”

“Com uma unidade forte entre as nove ilhas do nosso Arquipélago, com um não rotundo à discriminação, a Graciosa tem uma nova ambição: fixar população, nomeadamente, fixar os jovens que querem regressar a casa após os seus estudos e os jovens que ambicionam por novas oportunidades de emprego na sua ilha Graciosa”.

O Presidente do PSD/Açores defendeu a Requalificação da Zona da



cooperação, com a Câmara Municipal.

Victor Cruz realçou a importância do XIV Congresso do PSD/Açores, que terá lugar nos próximos dias 28,29 e 30 do corrente mês. Aliás classificou-o de “o maior Congresso de sempre do PSD/Açores”, já que contará com cerca de 500 membros, entre delegados e observadores,

Estados Unidos da América e Canadá.

“O XIV Congresso do PSD/Açores será uma oportunidade para demonstrar aos açorianos o quanto o PSD trabalha no dia a dia em prol dos Açores e dos açorianos, através dos seus autarcas em treze Câmaras Municipais e em oitenta e seis Juntas de Freguesias.

Os açorianos sabem o quanto é importante, nos Açores, a acção do poder local. E o quão importante é uma boa cooperação entre as Câmaras Municipais, Juntas de Freguesias e o Governo Regional. Com cooperação entre o poder local e o poder regional cria-se progresso, sem cooperação, ou, pior ainda, com discriminação política, não se desenvolve as nossas comunidades”, salientou o Presidente do PSD/Açores.

“Os graciocenses sabem bem da importância do Poder Local, numa ilha onde não há departamentos do Governo Regional.

“Os graciocenses - disse - sabem bem da importância entre a cooperação entre o Poder Local e Governo Regional. Os graciocenses têm sentido, infelizmente, as consequências da discriminação do Governo Regional socialista para com a sua Câmara Municipal e para com as suas Juntas de Freguesia. Os graciocenses sabem que as suas quatro Juntas de Freguesia,

sendo três delas do PSD, em conjunto, receberam apoios do Governo Regional socialista, desde 1997 até ao final de Setembro do corrente ano, publicados no Jornal Oficial, cerca de 128.500 euros, valor inferior ao que receberam, individualmente, quadro Juntas de Freguesia do PS. Os graciocenses não querem continuar com este estado de coisas. Estamos confiantes na mudança, que os graciocenses também participar, nas eleições regionais do próximo ano”, defendeu Victor Cruz.

O líder social-democrata referiu que o Congresso do PSD/Açores vai aprovar a estratégia política e algumas linhas de rumo da governação dos Açores que o PSD conta assumir em Outubro de 2004. “Uma estratégia política e uma governação para tirar os Açores da cauda do País e da Europa. O PSD quer mudar a governação dos Açores para melhor. Quer trabalhar com os graciocenses para que a Graciosa deixe de ter um poder de compra que equivale a uns meros 52,9% da média nacional. Quer trabalhar com os açorianos para que os Açores não continuem a não progredir no seu desenvolvimento e progresso. Para que os açorianos deixem de ter o mais baixo índice de poder de compra do País, para que os açorianos não continuem a ver o seu



Barra, em Santa Cruz da Graciosa, como o grande projecto a levar a cabo pelo Governo Regional do PSD, em

militantes e simpatizantes do PSD, oriundos das nove ilhas dos Açores, do Continente, da Madeira, dos



Dos Açores (Conclui)

Novo Cônsul americano apresenta cumprimentos a Victor Cruz

poder de compra a resvalar, como aconteceu nos últimos dois anos, quando o poder de compra dos açorianos passou de 65,5% da média nacional, em 2000, para 65,1%, em 2002”, salientou Victor Cruz. – **Gab. Com. Soc. PSD/Açores**

Convenção no início de 2004 para preparar um programa de governo

O líder do PSD/Açores anunciou na sexta-feira da semana passada a realização de uma convenção no início do próximo ano, em Angra do Heroísmo, para recolher contributos destinados à elaboração do programa do governo com vista às eleições regionais de 2004.

Num jantar-comício que juntou cerca de três mil militantes na ilha Terceira, Victor Cruz adiantou que vão ser convidados a participar na iniciativa cidadãos e técnicos dos mais variados sectores de actividades económicas e sociais, tanto privadas como públicas.

Num dos maiores comícios

realizados na Terceira, o dirigente social-democrata comprometeu-se a atribuir à ilha “o papel que merece e tem direito no desenvolvimento da região e que os socialistas não souberam aproveitar”, numa crítica ao actual governo.

Garantiu, ainda, que o PSD/Açores “está pronto para responder às reivindicações” da juventude, acrescentando que conta com os funcionários públicos para um “projecto de mudança sem discriminações partidárias” nas ilhas.

Victor Cruz assegurou à população da Terceira a “realização das promessas que os socialistas fizeram mas não cumpriram, nomeadamente na construção de um novo hospital para a ilha e que sirva todo o grupo central do arquipélago”.

Cônsul Americano apresenta cumprimentos a Victor Cruz

O novo Cônsul americano nos Açores, David Scott, apresentou cumprimentos ao Presidente do PSD/Açores, no passado dia 6. Diversas

questões, do maior interesse para a região, foram abordadas nesta audiência.

A situação política internacional, o terrorismo, o Acordo da Base das Lajes, o repatriamento de cidadãos açorianos, e ainda, as relações comerciais entre a Região e os Estados Unidos da América são temas que o PSD/Açores tem na sua agenda política, nos seus contactos a nível nacional e internacional

Victor Cruz vê com preocupação o contínuo repatriamento de cidadãos açorianos, que quebra, assim, famílias e corta as possibilidades de um retomar de um caminho mais seguro por parte dos cidadãos visados.

As questões de índole laboral, no que concerne ao denominado Acordo da Base das Lajes, têm merecido a atenção de Victor Cruz, pelo facto de supostamente haver cidadãos americanos a ocuparem postos de trabalho até agora ocupados por trabalhadores açorianos.

As transações comerciais dos Açores com os Estados Unidos da América, segundo os últimos dados

oficiais, quedaram-se por uma importação de bens no valor de 16,4 milhões de euros e uma fraca exportação de somente 5,4 milhões de euros.

As exportações dos Açores para os Estados Unidos da América, em 2001, representaram 0,2% do total das exportações açoreanas para países terceiros.

A balança comercial dos Açores com os EUA tinha, em 2001, um saldo negativo de 11 milhões de euros; o que representa uma taxa de cobertura de 33%.

Com uma população de açorianos e seus descendentes, residentes nos EUA, superior a 1 milhão de habitantes, o líder do PSD/Açores tem defendido a necessidade de se dar novos passos para aumentar consideravelmente as exportações açorianas para os EUA.

A divulgação dos Açores, enquanto destino turístico, está por fazer nos EUA. Dos 25.333 turistas que visitaram a Região, entre Janeiro e Junho do corrente ano, somente 3,6% eram provenientes dos EUA. - **Lusa**

Notícias da Madeira

Importância estratégica das ligações aéreas e marítimas Madeira-Açores-Canárias

Reestruturado o sector dos Bombeiros

O Governo Regional da Madeira atribui “importância estratégica” ao reforço das ligações aéreas e marítimas entre a Madeira, Açores e Canárias, segundo o Secretário Regional do Plano e Finanças madeirense.

“Quero aqui reafirmar a importância estratégica que o Governo Regional da Madeira atribui ao reforço das ligações marítimas e aéreas entre a Madeira, os Açores e as Canárias por serem fundamentais e prioritárias para o reforço da cooperação entre as três regiões”, disse Ventura Garcês.

Este propósito foi anunciado na sessão de abertura do seminário de divulgação da Segunda convocatória para a apresentação de candidaturas ao programa de iniciativa comunitária «Interreg III - B, Açores, Madeira e Canárias»

O secretário regional lançou ainda um desafio à equipa de «Gestão Regional do Interreg III», “para que sejam aproveitados todos os fundos que foram colocados à disposição pela União Europeia”.

Promover uma melhor integração e cooperação económica entre as regiões ultraperiféricas, bem como entre elas e os outros Estados-membros e melhorar os laços de cooperação com os países terceiros limítrofes, situados na África Norte Ocidental - Marrocos, Mauritânia, Senegal e Cabo Verde - e na América Latina são os objectivos daquela iniciativa comunitária, cujos fundos disponíveis ascendem a 170.733 milhões de Euros.

Reestruturação do sector dos bombeiros madeirenses

Entretanto, no final do mês passado, o Governo Regional da Madeira determinou que a secretária dos Assuntos Sociais nomeasse um grupo de trabalho com o objectivo de reestruturar o sector dos bombeiros nos concelhos fora do Funchal.

O documento emitido pela presidência do executivo madeirense e assinado



O navio de transporte multiusos “Lobo Marinho”, uma das garantias das comunicações externas da Madeira

por Alberto João Jardim, sobre a constituição do grupo de trabalho, salienta que este deverá proceder à reestruturação do sector, com vista a uma racionalização da logística e meios materiais existentes com o objectivo de prestar um ainda melhor serviço à população.

Acrescenta que deverá apurar as eventuais anomalias no sector dos bombeiros nos concelhos fora do Funchal, “definir os efectivos profissionais necessários e respectivo estatuto, bem como os apoios do Orçamento Regional imprescindíveis face à nova situação a estabelecer”. - **Lusa**

“Vendaval de mudança”

A intervenção do Professor Rui Verde na conferência do “Instituto Sá Carneiro” sobre os desafios do Ensino Superior



Conferência do IFSC «Os Novos Desafios do Ensino Superior», da esquerda para a direita, Professor Doutor Rui Verde (Universidade Independente); Professor Doutor Carlos Motta (Universidade Lusíada); Secretário de Estado da Ciência e do Ensino Superior, Eng.º Jorge Moreira da Silva; Presidente do Conselho de Administração do Instituto Francisco Sá Carneiro, Dr. Mota Amaral; Dr. Ricardo Almeida, Moderador; Professor Doutor Dias Urbano (Universidade de Coimbra); Professor Doutor Nuno Crato (ISEG)

A primeira universidade moderna surgiu para impor a vontade do Imperador alemão contra os desejos de liberdade das cidades Estado italianas, fazendo definir as primeiras experiências liberais pós-clássicas. A universidade surgiu, assim, como uma construção do poder político para controlar as elites, que controlariam as populações.

Mas se o Imperador Frederico teve os doutores em direito do seu lado, de pouco lhe valeu, até porque os estudantes universitários rapidamente manifestaram uma segunda e também fundamental característica da universidade: a discordância e o protesto. Assim, as universidades nos primeiros mil anos de história oscilaram entre serem centro de controlo do Estado e centro de protesto e rebeldia. Também, umas vezes avançaram a ciência, outra vez atrasaram-na.

Mas foram sempre poucas e vocacionadas para formar uma muito pequena parte da população.

É na segunda metade do século XX que o Estado Social / Providência se lança na magna tarefa de massificar o ensino superior. Na sequência da

introdução do sufrágio universal e do modelo Ford T, também se entendeu que o Ensino Superior deveria estar ao alcance de todos.

Em Portugal tal movimento entrou na ordem do dia a partir dos anos 70 e tomou fôlego nos anos 80, culminando no final dos anos 90 com uma oferta, quase gratuita de ensino superior, maior que a procura e com um Estado sem dinheiro para suportar os custos desse ensino, bem como de todas as borlas que introduziu nas mais variadas áreas. Este processo, se nos anos 80 foi feito em parceria com o sector privado (parceria algo atabalhoada) nos 90 tornou-se num processo meramente estatal, procurando-se deitar o “tenro” ensino superior privado para o caixote do lixo da história.

O que é certo é que a massificação do ensino multiplicou as universidades, tornando-as uma organização entre outras. Não se pode hoje olhar a universidade como a escola para formar os melhores com características muito específicas, como um mundo à parte.

O objectivo das universidades é formar todos, por isso deve ser

encarada de modo muito diferente do que foi até hoje. Não é um sistema fechado com identidade unívoca.

A par da massificação temos que contar também com a globalização. Palavra muito batida mas que existe. E basta olhar para os desempregados das fábricas de sapatos para perceber que ela está aí e não é uma invenção de intelectuais dorminhocos. Mesmo no Ensino Superior, existe por exemplo, mais de um terço das receitas das universidades inglesas já deriva de estudantes estrangeiros.

O terceiro factor que muda a universidade é o da função do Estado. O Estado Social / Providência está morto. É evidente que não vai dar lugar ao Estado mínimo liberal, mas a uma síntese dialéctica dos dois, a que chamaria Estado Habilitador. O Estado não vai abandonar ou desresponsabilizar-se de áreas do interesse de todos como Educação, Saúde ou Ambiente, mas irá certamente deixar de ser produtor ou prestador desses serviços, antes habilitando os cidadãos a obtê-los da melhor e mais eficiente forma, tendo em conta condições demográficas e de mercado. Em todo o mundo tal se

está a passar, a começar pelos países sociais, como a Suécia que introduziu o primeiro sistema universal de escolha livre de educação no mundo.

Estes três factores: massificação, globalização e Estado Habilitador, implicam a emergência de um novo paradigma de Universidade que tarda a ser reconhecido. Até agora, só o Reitor de Coimbra, embora com tristeza, o viu claramente.

Assim, a mudança profunda é fundamental.

Nova instituição da Universidade

A propriedade, organização e gestão da universidade são os elementos que necessitam da primeira mudança. Têm que ter independência do Estado.

O sistema corporativo, burocrático e estatista em vigor nas universidades do Estado é irracional e ingovernável, só possível quando existiam duas ou três universidades, e não, como agora, dezenas.

Um primeiro ponto é a “desincorporação” das universidades públicas do Estado. Estas devem deixar de ser propriedade directa do Estado e passarem para propriedade da comunidade através de fundações ou sociedade civis com forma comercial, o que lhes daria a independência necessária para agirem como entes responsáveis.

Nessas fundações participaria o Estado, mas também os membros da comunidade envolvente como governos regionais, autarquias, fundações, igrejas, associações de pais e alunos e antigos alunos, empresas e empresários. Naturalmente que os funcionários destas instituições deixariam de ser funcionários públicos.

Vejo por exemplo a Universidade de Aveiro a ser detida por uma fundação em que participam o Estado, a Câmara Municipal e alguns dos dinâmicos empresários existentes nesse distrito, e outros exemplos são possíveis de adiantar.

Em segundo lugar, deve ser dada liberdade de organização a estas universidades. Cada uma escolherá os seus estatutos segundo o seus objectivos e missão. Esta liberdade de organização contém três liberdades: liberdade orgânica e estatutária; liberdade na selecção de alunos e liberdade na contratação de docentes e de adopção de diferentes níveis salariais.



«Vendaval de Mudança» (Conclusão)

«O sistema corporativo e burocrático em vigor nas Universidades do Estado é actualmente irracional e ingovernável»



Financiamento

Se o Estado se afastasse da propriedade directa bem como da organização das universidades, não se concebe como política e socialmente possível que se afaste do financiamento. Vamos continuar a gastar muito dinheiro dos impostos no Ensino Superior. Agora a fórmula de financiamento é que deveria mudar radicalmente: as universidades teriam três canais básicos de financiamento.

1. O financiamento directo aos alunos. Dividia-se o dinheiro gasto em impostos no ensino superior pelo número de estudantes que vão frequentar o Ensino Superior num determinado ano e dava-se a esses estudantes esse dinheiro e eles escolheriam a universidade que quisessem. Ao mesmo tempo, as universidades passariam todas a cobrar propinas que cobrissem o custo total dos serviços educacionais que fornecem.

Se o número de estudantes for maior que o dinheiro disponível a comunidade política deve decidir se aumenta o montante ou racionaliza a distribuição com base no mérito, pobreza, capacidades desportivas, etc. Obviamente que as universidades teriam que corresponder a patamares mínimos de qualidade.

A este modelo de financiamento chama-se financiamento directo, «Voucher», cheque-ensino, bolsa directa. Utilizaríamos a designação de Passaporte universitário.

2. Em segundo lugar as universidades deviam ser estimuladas a procurar no mercado e na sociedade civil novas fontes de financiamento. Realização de investigação aplicada

e venda de bens e serviços daí resultantes; criação de negócios lucrativos e incremento do espírito de filantropia.

3. Um terceiro canal para despesas de capital seriam os contratos programa ligados a fundos europeus.

Regulação e Mercado no Ensino Superior

O novo modelo até aqui descrito assentaria na concorrência de universidades detidas pela comunidade ou por privados através de fundações ou sociedades que se organizariam livremente e cobrariam propinas.

Pressuposto deste modelo é que se deseja um sistema de ensino para todos, em que universidades diversas concorram com flexibilidade apostando em diferentes tipos de estudantes e formações, implicando que existirão boas e más, melhores e piores, mas sempre num ambiente estimulante e não de homogeneidade medíocre com identidade única.

Qual o papel do Estado nesta nova situação?

Em primeiro lugar será financiador através do Passaporte Universitário e do muito dinheiro público continuará a ser gasto. O que se espera é que com melhores resultados e de forma muito mais eficiente.

Além desta função financeira o Estado terá ainda outras funções primordiais:

a) Estabelecer e garantir patamares mínimos de qualidade e confiança no sistema. O Estado tem que definir quais são os patamares mínimos de qualidade que uma universidade deve ter para se constituir e receber fundos dos alunos,

e garantir que esses patamares são mantidos. Esta função implica a autorização, supervisão, estabelecimento de standards de funcionamento.

b) Informar os potenciais estudantes e o público em geral acerca do funcionamento do ensino superior, identificando os estabelecimentos de ensino e as características das diferentes escolhas possíveis. Naturalmente tem que existir um reforço da informação acerca das universidades disponíveis, cursos que disponibilizam, etc., para que os estudantes façam escolhas esclarecidas.

c) Zelar pelo cumprimento da Lei.

Temos quatro funções para o Estado: financiamento directo, estabilidade do sistema, informação e legalidade. Como desempenhará o estado estas funções?

uma administração composta por membros das universidades e também representantes dos pais e dos estudantes. O presidente seria nomeado e substituído pelo governo que também definiria os termos de referência da actuação da Autoridade.

A Autoridade geriria o sistema de «vouchers», garantiria a informação e o cumprimento da legalidade. Seria uma estrutura leve e eficiente. O governo poderia conduzir auditorias ao funcionamento da Autoridade.

Conclusão

Um vendaval chegou ao Ensino Superior. Um novo ciclo está a começar. Nesse novo ciclo as universidades têm que ser mais flexíveis e estar em concorrência. Ao mesmo tempo, o Estado continuará a assegurar certos deveres



A experiência da máquina Ministério da Educação / Ensino Superior é que este é uma complexa máquina burocrática, sem capacidades constante para trabalho de qualidade e muito permeável a influências políticas ou outras. Não estão, de todo, vocacionados para estas tarefas de financiador directo e regulador imparcial.

Propõe-se assim a abolição do Ministério e a criação de uma Autoridade do Ensino Superior (ADES).

Esta Autoridade seria autónoma do governo, em princípio uma entidade privada criada por todas as universidades que viveria dos fundos destas. A gestão seria assegurada por

fundamentais.

Assim, as Universidades devem ser entregues às comunidades, ter liberdade de organização, o passaporte universitário introduzido, o ministério abolido e uma autoridade reguladora introduzida.

Palavras chave: Escolha, Autonomia, Financiamento Directo, Concorrência, Regulação.

Impactos na Administração Pública e nas Finanças: diminuição do número de funcionários públicos, que passam para o sector comunitário ou privado; melhor eficiência na gestão universitária que se orientará para o estudante e a ponderação entre custos e receitas.

XII Cimeira Ibero-Americana

Jorge Sampaio, Durão Barroso e Teresa Gouveia representaram Portugal na Bolívia

O Presidente boliviano, Carlos Mesa, abriu na sexta-feira a XIII Cimeira Ibero-Americana que, na cidade de Santa Cruz de la Sierra, junta os líderes de Portugal, de Espanha e de 19 países latino-americanos.

Portugal está representado na cimeira pelo Presidente da República, Jorge Sampaio, pelo primeiro-ministro, Durão Barroso, e pela ministra dos Negócios Estrangeiros, Teresa Gouveia.

Na saudação de abertura aos chefes de Estado e de Governo, Carlos Mesa assinalou que a “América e essa parte notável da Europa ainda não resolveram as questões contraditórias” e que a finalidade da Cimeira Ibero-Americana “é a da saldar contas”.

Na sessão intervieram igualmente os presidentes da República, Francisco Parts, e o secretário-geral da ONU, Kofi Annan.

Após a sessão, os líderes dos 21 países assistiram a um concerto, reservando para sábado as sessões de discussão das conclusões da cimeira que têm vindo a ser negociadas por representantes dos estados membros.

Um compromisso no combate à exclusão social e o arranque para a transformação da cimeira numa organização formal, através da criação de uma secretaria-geral que a torna numa associação do tipo Commonwealth e lhe garante personalidade jurídica, deverão sair da Cimeira de Santa Cruz que, pela primeira vez, conta com a presença do secretário-geral da ONU, Kofi Annan.

A proposta da criação do órgão permanente consta de um relatório elaborado pelo ex-presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso, que já era um dos sociólogos com maior reputação internacional, antes de ocupar a presidência do Brasil.

Fernando Henrique Cardoso defendeu as suas propostas, que considerou “interessantes para dar maior viabilidade às cimeiras no futuro”.

O empenho de todos os estados da América Latina e da Península Ibérica na consolidação da democracia na anfitriã Bolívia foi igualmente uma das matérias consensuais, reforçada com a decisão de manter a cimeira em solo boliviano, mesmo depois dos violentos protestos de Setembro passado, que resultaram na queda do Governo de Sanchez Lozada.

A Bolívia, o mais pobre país da América Latina, pretende que a sua dívida externa seja negociada e aprovado um programa excepcional de cooperação internacional para ultrapassar a crise económica e política.

No seu discurso, Carlo Mesa apelou mesmo aos restantes Estados “para que dêem um apoio forte, directo e intenso”, mas os seus parceiros deverão ficar-se pela solidariedade política e absterem-se de compromissos de ajuda económica.

A redacção final da declaração suscita alguma controvérsia relativamente a exigências brasileiras de reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, ao que a Espanha se opõe. Sem problemas, a aprovação da resolução contra o narcotráfico que no entanto não contém menção explícita à plantação de coca.



O empenho na exigência de respeito pelos direitos humanos, mas sem referência particular a qualquer país, e o propósito de lutar contra o terrorismo, constaram igualmente na declaração final, divulgada no último dia da cimeira, no sábado.

A reunião em Santa Cruz dos líderes dos 21 países ibero-americanos, à excepção do presidente cubano, Fidel Castro, que falha a sua terceira cimeira, transformou Santa Cruz numa cidade fortemente patrulhada por mais de cinco mil efectivos da polícia e do Exército.

Fonte diplomática referiu possibilidade da criação do órgão permanente que transformará a Cimeira numa comunidade de 19 países latino-americanos, mais Portugal e Espanha, e que é proposta no relatório de Fernando Henrique Cardoso e que o Primeiro-Ministro português apoia na condição desta incluir na concretização da secretaria-geral e do conselho de concertação, um representante permanente da lusofonia, português e/ou Brasileiro.

O relatório final, que acabou por ser aprovado por unanimidade, encara a luta contra a pobreza como “essencial para a consolidação da democracia”.

«Promover uma melhor qualidade de vida, superar a pobreza e eliminar a exclusão social»

No documento, que sintetizou as duas sessões de chefes de Estado e de Governo dos 19 países latino-americanos e de Portugal e Espanha, defende-se que o crescimento económico “é uma condição necessária mas não exclusiva para promover uma melhor qualidade de vida, superar a pobreza e eliminar a exclusão social”.

Os 21 estados declararam a sua vontade em reforçar as políticas e estratégias orientadas na luta contra a pobreza e as causas que a originam, considerando que o maior “exercício dos direitos cívicos, a promoção da equidade e a justiça social” serão factores determinantes para o desenvolvimento e para a consolidação democrática.

Na declaração é reafirmada a adesão dos países ao Direito Internacional, ao princípio do multilateralismo e à Carta das Nações Unidas, e expressa a necessidade de “uma ampla reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas” mas numa fórmula que contenta diversos intervenientes

de peso na região: o Brasil, que pretende um assento, e México e Argentina, que reclamam que esse lugar deve ser atribuído à região.

Também a tradicional oposição ao embargo norte-americano a Cuba mereceu o consenso de todos os intervenientes, que apelaram aos Estados Unidos para que ponham termo à lei Helms-Burton.

Os estados representados na Cimeira reiteraram o compromisso com o Estado de Direito e a promoção dos direitos humanos, abstando-se de fazer qualquer referência a Cuba, sempre criticada pela violação dos princípios democráticos, e admitiram que cada país tem “o direito de construir livremente sem ingerência estrangeira, em paz, estabilidade e justiça o seu sistema político e as suas instituições”.

A defesa das minorias e dos povos indígenas mereceu uma nota especial da cimeira, que se realizou num dos países latino-americanos com maior peso de comunidades indígenas.

A luta contra o terrorismo, o tráfico de narcóticos e o crime organizado, foi igualmente assumida pelos participantes no convénio em que defenderam o acesso das exportações dos países em desenvolvimento a “todos os mercados” e uma resolução “justa e duradoura do problema da dívida externa que afecta os países da região”.

“Instamos o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento a que intensifiquem os mecanismos de prevenção e resolução das crises financeiras atravessadas por varias economias latino-americanas”, refere a declaração final, que propõe a avaliação caso a caso com os países afectados para encontrar fórmulas que “aliviem cargas insustentáveis da dívida”.

A Cimeira de Santa Cruz foi a última em que participou o presidente do Governo espanhol, José Maria Aznar que, com o presidente português, Jorge Sampaio, esteve presente em oito convénios.

A próxima reunião realiza-se na Costa Rica, em 2004, devendo Jorge Sampaio tornar-se então o recordista em participações dos chefes de Estado em exercício, exceptuando os casos específicos de Fidel Castro e Juan Carlos de Espanha.

A aprovação dos chefes de Estado e de Governo dos 21 países da organização a uma maior institucionalização da Ibero-Americana, através da criação da uma secretaria-geral permanente, só será posta em prática após a próxima cimeira, dentro de um ano, na Costa Rica.

Este adiamento facilitou a aprovação do documento final sem vozes contra, apesar de alguns países, sobretudo Cuba e Equador, terem manifestado reservas ao longo dos trabalhos - relacionadas com saber a quem deve caber a secretaria-geral, onde deve situar-se a sua sede e ainda como vai ser financiada tal entidade.

Teresa Gouveia teve importante contributo para o “Relatório Cardoso”

O primeiro ponto essencial da declaração aprovada diz respeito ao chamado «relatório Cardoso» - cuja

XII Cimeira Ibero-Americana

redacção teve o contributo de Teresa Gouveia, agora ministra dos Negócios Estrangeiros de Portugal, na parte relativa à matéria cultural.

«Apoiamos a institucionalização da Ibero-Americana», acrescentou o primeiro-ministro, Durão Barroso, durante a conferência de imprensa conjunta com Jorge Sampaio, dada pelos dois aos jornalistas portugueses, no final da primeira das três reuniões de trabalho do último dia, na mesma ocasião em que foi conhecido que a declaração final tinha sido aprovada por unanimidade.

O Consenso foi obtido conseguido após ter sido deixada de parte a definição final do local onde ficará sediada a secretaria-geral. Por proposta do espanhol José María Aznar, mantém-se em Madrid ao longo do próximo ano, ficando de se tomar uma decisão definitiva no ano que vem.

A secretaria-geral permanente terá três membros, um secretário-geral e dois adjuntos.

A proposta de Cardoso passa por garantir que um dos três seja um representante lusófono (brasileiro ou português), de forma a garantir-se a representatividade das duas línguas na estrutura.

Durão Barroso não afastou a possibilidade de uma candidatura portuguesa ao lugar, mas disse que «é prematuro» falar no assunto nesta altura.

À margem da cimeira, Fernando Henrique Cardoso disse, no entanto, que a liderança deve ficar com um dos 19 países latino-americanos - o que afasta Portugal. E sugeriu que se entregue o lugar a um ex-ministro ou ex-presidente (um universo em que o próprio proponente encaixa perfeitamente).

Fernando Henrique Cardoso garante que a secretaria-geral não será um cargo executivo. Ou seja, o futuro secretário-geral permanente da Ibero-Americana não terá poder decisório autónomo, podendo apenas ser mandato pelos Estados membros para agir em determinados assuntos ou questões.

A cimeira, cuja sessão de encerramento estava prevista para as 19h00 locais (23h00 em Lisboa), ficará na história, também pela riqueza de algumas das suas intervenções. Uma foi a do secretário-geral da ONU, Kofi Annan, que fez rasgados elogios ao avanço da democracia da América Latina mas criticou ao mesmo tempo o agravamento das desigualdades, dando como exemplo acabado dessa situação o caso boliviano.

Outra foi o discurso também do Presidente Carlos Mesa, em quase tudo consonante com o do chefe da ONU. O que se passou recentemente na Bolívia “expressa em muitos sentidos problemas essenciais comuns” a outros países da América Latina. Um é a “exclusão social”. Outro, a “intolerância e a discriminação”.

O que temos de fazer é “aprender a escutar, a entender que as visões para o futuro são diferentes, que há outros pontos de vista, e que devemos ser capazes de compreender e concretizar esses pontos de vista”, disse.

O Estado da América Latina e os seus problemas

Um “tour d’horizon” pela América Latina e os seus problemas, deixa-nos ficar, segundo um analista do espanhol “El País”, citado pela Lusa, esta panorâmica:

Bolívia

O país acaba de sair de uma profunda crise económica e social, cujo motivo imediato foi a venda de gás aos Estados Unidos, que terminou com 70 mortos e um presidente em fuga. Carlos Mesa, o novo chefe de Estado, começou por dizer ao seu Executivo que quaisquer erros poderiam atirar o país para o abismo. E embora Mesa tenha afirmado que pretende a realização de novas eleições o mais depressa possível,

enfrenta um prazo de pouco mais de um mês dado pelo líder que conduziu os protestos, Felipe Quispe, para fazer reformas... ou enfrentar novas manifestações.

Argentina

O acordo com o FMI feito há pouco mais de dois



meses ajudou o presidente Nestor Kirchner que, nas palavras do analista Joaquin Marques Sola, então citado pela BBC, “impediu que a Argentina fosse varrida da face da terra”. O apoio político ao presidente subiu no plano interno e no plano externo Kirchner tornou-se uma das novas vozes da América Latina no plano internacional.

Brasil

O Presidente brasileiro tem apostado forte na presença no plano internacional, uma aposta que tirando um ou dois vezes (em Cuba) e “gaffes” (quando disse na Namíbia que tudo estava tão arranjado que “nem parecia África”), tem sido ganha. Lula da Silva tem focado principalmente a luta contra a fome nos fóruns internacionais, assim como o apelo ao fim do proteccionismo aos produtos agrícolas feitos pela UE e pelos EUA. No plano interno, o Brasil enfrenta grandes desigualdades e um problema de violência.

Colômbia

O Executivo de Bogotá tem tido ultimamente problemas atrás de problemas. O Presidente Álvaro Uribe perdeu um referendo para aprovar a sua reforma do Estado. Dois ministros, do Interior e da Justiça, demitiram-se. Tudo isto com as questões de sempre em pano de fundo: a guerra contra as FARC, o Exército de Libertação Nacional e os paramilitares, e claro, o tráfico de droga.

Equador

O país, de cerca de 13 milhões de habitantes tem enfrentado um enorme êxodo (cerca de 13 por cento da população imigrou durante os últimos anos, diz o diário espanhol “El País”). A situação económica é dramática. O Presidente de esquerda, Lúcio Gutierrez, eleito em Novembro de 2002, teve - tal como Lula aliás - de se inclinar um pouco para o centro para acalmar os investidores estrangeiros.

América Central

Uma região com pobreza e violência generalizada, com pequenos oásis como a Costa Rica, em termos económicos, e El Salvador, com o que “El País” chama a “relativa estabilidade”. À volta, sucedem-se os incidentes, como por exemplo nas recentes eleições na Guatemala em que foram assassinados 30 políticos.

Venezuela

A greve geral do fim de 2002 foi ultrapassada por Hugo Chávez, mas a sua situação continua frágil. O Presidente enfrenta um referendo em Fevereiro que o pode derrubar. Esta instabilidade continua a fazer cair levemente o preço do petróleo, prejudicando a economia.

Peru

Alejandro Toledo começou com brio e orgulho do seu Peru que começava a registar um crescimento económico assinalável. Mas nos últimos tempos os números da economia começaram a desapontar os peruanos e mais ainda quando ataques renovados do movimento Sendero Luminoso obrigaram a um maior gasto nas forças de segurança - e em última análise, levou a um impopular aumento de impostos.

México

As reformas desejadas pelo Presidente Vicente Fox para sectores económicos vitais, como a electricidade e o petróleo, e ainda para os impostos, continuam emperradas no congresso, onde o partido do governo sente a falta de uma maioria.

Cuba

O Governo de Fidel Castro tem o líder há mais tempo no poder no mundo e recentemente chegou também à primeira posição entre os países com mais presos de opinião detidos, 316, segundo a oposição. Em Abril deste ano, o regime começou uma vaga de detenções e julgamentos sumários com duras penas que indignaram a comunidade internacional. Foi uma das poucas mudanças nos últimos anos no país. Iguais continuam a pobreza e as más condições de vida de muitos cubanos.

– Fonte: Lusa, DN, Público

Progressos no projecto “Sociedade de Informação”

José Luís Arnaut inaugura a Banda Larga “Sem Fios”

No âmbito da estratégia do XV Governo para o desenvolvimento da Sociedade da Informação, área tutelada pelo Ministro Adjunto José Luís Arnaut, foi lançada pela UMIC a Iniciativa Nacional para a Banda Larga, aprovada em Conselho de Ministros a 26 de Junho de 2003. Esta Iniciativa pretende assegurar a massificação do acesso e a utilização de serviços de Internet Banda Larga pelos cidadãos e empresas, com o objectivo de aumentar os índices de produtividade, competitividade e coesão social.

No cumprimento deste plano, foi dado um importante passo, na passada segunda-feira, quando José Luís Arnaut e o dr. Bracinha Vieira, Presidente do Conselho de Administração da Parque Expo 98, S.A. inauguraram, no Parque das Nações, o projecto de Internet de Banda Larga Sem Fios.

A área de cobertura prevista é uma conjugação entre espaços públicos e equipamentos chave (caso, por exemplo, da Marina, do Oceanário, do Pavilhão Atlântico, do Pavilhão de Portugal, da FIL, etc.).

Trata-se de um projecto com características únicas a nível mundial, não apenas em resultado da sua localização e extensão da área coberta (cerca de 100 hectares), mas igualmente devido ao modelo definido para a sua operacionalização.

Durante a primeira fase (um período de teste, com duração de cerca de 6 meses), o acesso à Internet em Banda Larga será totalmente gratuito para qualquer utilizador. Serão realizadas sessões de esclarecimento e de experimentação no perímetro do Parque das Nações, com o objectivo de facilitar o contacto dos potenciais utilizadores com este tipo de tecnologia e de



solução.

Após esta primeira fase, a solução será aberta ao mercado, sendo oferecidas condições competitivas equivalentes a todos os operadores e ISPs que pretendam aceder à infraestrutura instalada para prestação de serviços aos utilizadores finais. Pretende-se, desta forma, garantir a existência de concorrência entre prestadores de serviço no perímetro da solução, com reflexos no nível de preços praticados.

Esta solução será ainda complementada com a instalação de cerca de 18 pontos fixos dispersos pelo recinto (10 quiosques e 8 salas com PCs),

os quais possibilitarão o acesso à Internet em Banda Larga aos utilizadores que não disponham de equipamento próprio com funcionalidades wireless.

Para a Parque Expo este projecto representa uma forma de adicionar uma componente complementar ao seu produto “cidade”, dotando o projecto urbano Parque das Nações de uma nova funcionalidade tecnológica que produz impactos positivos e benefícios claros ao nível da qualidade de vida urbana para os utentes deste espaço de referência a nível nacional e internacional.

Para a UMIC - Unidade de Missão Inovação e Conhecimento - este

projecto segue as linhas de orientação que integram a Iniciativa Nacional para a Banda Larga (INBL), recentemente aprovada em sede de Conselho de Ministros. Desta forma, a zona wireless que se pretende criar é observada como uma oportunidade para alargar a utilização de serviços de Banda Larga, contribuir para a criação de um quadro competitivo que promova a difusão de novas ofertas e o acesso a novas plataformas tecnológicas e promover e divulgar as vantagens da utilização da Internet de Banda Larga, maximizando os benefícios da sua utilização para os cidadãos. - Fontes: UMIC, foto Lusa

Portugal vai apoiar Moçambique na área da comunicação social

O Governo anunciou no dia 11 a intenção de estreitar as relações de cooperação entre Portugal e Moçambique na área da comunicação social, tendo prometido ao Instituto moçambicano de Comunicação Social dar apoio na formação de jornalistas.

O acordo foi realizado entre o secretário de Estado português que tutela a Comunicação Social, Feliciano Barreiras Duarte, e o director do Gabinete de Informação do primeiro-ministro moçambicano.

“O objectivo é ajudar a melhorar a qualidade da formação dos jornalistas moçambicanos não só dos jornais, como também das rádios e das televisões”, afirmou Feliciano Duarte Barreiras, adiantando estar prevista para o próximo ano a realização de um primeiro seminário de formação.

Segundo Feliciano Barreiras Duarte, Portugal está a delinear uma estratégia de cooperação na área da comunicação social com os países lusófonos, lembrando ter sido assinado um acordo com as televisões privadas SIC e TVI para que alguns dos seus programas sejam transmitidos pelas RTP-África e RTP Internacional.

Feliciano Barreiras Duarte deslocou-se a Maputo para participar no segundo encontro mundial de rádios lusófonas de inspiração cristã, tendo procurado aprofundar e articular o papel das rádios, difundem em língua portuguesa para todo o mundo.

Segundo as suas palavras, essas rádios têm um conjunto de identificações linguísticas, históricas e culturais, que necessitam do apoio do Governo e de outras instituições da sociedade civil portuguesa, para a formação de conteúdos ligados ao património que lhes é comum. - Lusa



Visita oficial a Timor do Ministro da Presidência

Cooperação na agenda de Morais Sarmento

O Ministro da Presidência, Nuno Morais Sarmento, realizou uma visita oficial a Timor-Leste, em representação do Governo, incidindo a missão do Ministro da Presidência mais especificamente nas áreas que tutela.

A visita teve início no passado dia 9, prolongando-se até ao dia 12 e Morais Sarmento afirmou, à chegada a Dili que “Os compromissos assumidos por este Governo serão todos integralmente cumpridos, independentemente do custo orçamental que isso tenha”, afirmou.

Os pontos altos da permanência de Morais Sarmento em Timor serão, conforme referiu na altura, várias iniciativas centradas na questão comum da língua portuguesa.

Grande parte da agenda é dedicada a iniciativas neste âmbito, quer ao nível da educação como no que se refere ao apoio à televisão e rádio públicas de Timor-Leste.

Igualmente abrangidos na visita, referiu Morais Sarmento, serão temas como a defesa - através de apoio ao componente naval das forças de defesa timorenses - e o saneamento, nomeadamente no que se refere a um projecto na ilha de Ataúro, uma das regiões mais carenciadas de Timor-Leste.

A delegação que acompanha Morais Sarmento, inclui responsáveis de várias empresas portuguesas, algumas das quais já com acções e investimentos em Timor-Leste, como é o caso da Portugal Telecom (PT).

Morais Sarmento explicou que outros pontos da agenda, especialmente no que se refere aos contactos com as autoridades timorenses, referem-se ao futuro do país depois do mandato da missão das Nações Unidas, que termina a 20 de Maio.

O governante português disse que antes de Portugal definir a sua participação é crucial auscultar as opiniões dos líderes timorenses, manifestando-se desde já empenhado em manter o nível de apoio possível em resposta aos pedidos de Dili, inclusive no sector da segurança.

“As decisões só podem ser tomadas depois de conhecer as opiniões dos primeiros que as têm que dar, que são as autoridades timorenses”, disse, quando questionado sobre a presença em Timor-Leste de um contingente militar português para além do termo da actual missão.

“A disponibilidade de Portugal é a de procurar, dentro das suas limitações e com o empenhamento com que temos marcado a nossa presença neste



período, continuar a oferecer todo o apoio possível”, salientou.

A visita do ministro ao mais jovem país do mundo tem como ponto alto a inauguração de um estúdio de televisão oferecido pela RTP (sob tutela de Morais Sarmento) à TVTL, na terça-feira e inclui encontros oficiais com dirigentes timorenses, com destaque para Xanana Gusmão.

Segundo Morais Sarmento, o apoio aos órgãos de imprensa representa o cumprimento de vários compromissos na cooperação com Timor-Leste que estavam por concretizar, no âmbito de um protocolo assinado já em 2001.

“Procurámos, com responsabilidade e assumindo apenas os calendários que considerávamos possíveis de conseguir, corrigir esse tempo perdido de alguns anos”, afirmou.

“No que respeita à televisão Televisão de Timor Leste, (TVTL) vamos poder inaugurar o novo estúdio, devendo seguir-se a isso a disponibilização de conteúdos que permitam a emissão com uma duração razoável”, explicou. Além dos encontros com personalidades governamentais, ministros e o chefe de Governo de Timor-Leste, Mari Alkatiri, constava ainda da agenda oficial da viagem uma visita às delegações da RTP e da agência Lusa, à Escola Portuguesa de Dili e uma conferência intitulada “O percurso cronológico do processo de autodeterminação de Timor-Leste”.

Morais Sarmento fez também a entrega de livros à biblioteca da Universidade e participar numa aula de Língua Portuguesa, assinou protocolos e inaugurou os Serviços de Transporte de Sinal de Radiodifusão da Timor Telecom (TT), além da rede terrestre da RDP no país.

No último dia da viagem, quarta-feira, Nuno Morais Sarmento participou na sessão solene do aniversário do massacre de Santa Cruz, no Palácio do Governo.

Os compromissos assumidos pelo Governo português são mantidos

Antes, falando sobre o cumprimento dos compromissos de Portugal para com Timor, lembrou que “É importante que as autoridades timorenses, o povo de Timor, e aqueles que em nome de Portugal aqui estão cooperando todos os dias saibam que os compromissos assumidos pelo Governo português são mantidos, independentemente do seu custo”, sustentou.

Morais Sarmento no final do primeiro dia da sua visita, falando a centenas de portugueses no quartel-general do batalhão português que está em Timor-Leste ao serviço das Nações Unidas, saudou o trabalho dos militares portugueses, referindo exemplos que disse serem “testemunhos da generosidade” da cooperação com Timor-Leste, entre os quais a recente recolha e distribuição de dezenas de toneladas de arroz, no âmbito de uma campanha de solidariedade no país.

Relativamente aos cooperantes civis, o governante português aludiu ao facto de estarem em Timor-Leste “não apenas para cumprir um contrato, nem por obrigação, mas por sentimento e vocação”.

Ao mesmo tempo, reafirmou o empenho português em “cumprir os compromissos” com Timor-Leste nos quadros bilateral e multilateral, frisando que para os portugueses a situação neste país “não foi uma

moeda, mas um sentimento constante”.

Morais Sarmento destacou ainda o envolvimento da Imprensa Nacional Casa da Moeda (INCM) na produção das primeiras moedas timorenses, que entraram em circulação na segunda-feira, como um exemplo do apoio multifacetado que Portugal mantém com Timor-Leste.

As novas moedas destinam-se a substituir progressivamente as denominações metálicas dos Estados Unidos actualmente usadas em Timor-Leste.

Morais Sarmento afirmou ainda que a solidariedade com Timor-Leste deve pautar-se pela

continuidade, defendendo a necessidade de fomentar o apoio do sector privado no país.

“Não tem havido muito envolvimento de empresas privadas na cooperação em Timor. Há mais exemplos de cooperação de empresas privadas em África. Há que manter essa chama viva e trabalhar para que Timor-Leste não tenha sido uma moda e seja uma preocupação constante”, disse hoje.

O apelo de Morais de Sarmento surgiu durante a visita a um dos projectos de apoio do sector privado português a Timor-Leste, de maior dimensão: a reconstrução da escola do reino de Venilale, na localidade com o mesmo nome, a cerca de 150 quilómetros de Dili.

Para Morais Sarmento, a escola demonstra o que é possível fazer com a junção de apoios públicos e esforços de entidades privadas, permitindo a recuperação de uma estrutura “numa área fundamental que é a educação”.

“É importante que nos lembremos todos os dias em Portugal que temos estas centenas e milhares de crianças que esperam que continuemos a recordarmo-nos deles e a ser capazes de estender a mão”, disse.

Considerada uma das escolas mais antigas de Timor-Leste - construída em 1933 - a estrutura foi recuperada com o apoio da Swatch, da ENSUL e da SIC, numa das iniciativas que conseguiu mais apoio da sociedade civil portuguesa em 2000.

A reconstrução e equipamento da Escola do Reino de Venilale - com base num projecto do Grupo de Estudos para a Reconstrução de Timor-Leste (GERTIL) - orçou em cerca de 664 mil euros, recolhidos no âmbito da campanha.

Já depois das obras iniciais,

Visita a Timor do Ministro da Presidência

Portugal cumprirá todos os seus compromissos

inauguradas em Janeiro de 2002, o projecto foi consolidado, tendo sido construídos outros espaços, incluindo três pavilhões de apoio.

Hoje a escola - que mantém alunos desde o pré-infantil até ao 12º ano - tem mais de 270 docentes, mas acaba por servir como centro de apoio a mais de 2.000 crianças da zona, incluindo um grande orfanato que, como a própria escola, é mantido com o apoio da Ordem dos Salesianos.

O projecto só foi possível pela adesão da sociedade civil portuguesa à iniciativa da Swatch, que criou o relógio "A Escola", canalizando para o projecto uma parte significativa do valor recolhido com a venda.

Hoje, centenas de alunos, tão coloridos como a própria escola - marcada por tonalidades fortes - perfilarão-se para acolher Morais Sarmento, cantando em tétum e português as duas línguas oficiais.

Momentos antes, o governante português teve oportunidade de testemunhar a nova estratégia de apoio ao sector educativo timorense, visitando uma aula de português ministrada por uma professora enviada de Portugal a professores timorenses.

Até este ano lectivo os professores portugueses destacados em Timor-Leste têm ensinado directamente a alunos, tendo a estratégia sido recentemente alterada para cimentar o efeito multiplicador.

O bispo timorense, D. Basílio do Nascimento, referindo-se à falta de livros portugueses para a biblioteca local disse os livros enviados de Portugal ainda não chegaram, ao destino final, estando alguns já na vizinha cidade de Baucau há um ano e estando ainda a ser seleccionados.

"Quem está responsável por isto agora somos nós, a diocese. Não vamos fugir (às responsabilidades), mas sem ovos não se fazem omeletas", afirmou.

Responsáveis ligados ao projecto garantiram aos jornalistas que o problema será resolvido em breve.

Novo estúdio oferecido por Portugal à Televisão de Timor-Leste (TVTL)

No dia 11, representantes da RTP e da sua congénere timorense assinaram em Díli um memorando de entendimento multifacetado que vai gerir um abrangente programa de apoio aos serviços públicos de rádio e televisão de Timor-Leste.

A finalização do memorando de entendimento e o plano de actividades até final do próximo ano, coincidiu com a entrega de um novo estúdio oferecido por Portugal à Televisão de Timor-Leste (TVTL), na presença do

ministro da Presidência português, Nuno de Morais Sarmento, e do primeiro-ministro timorense, Mari Alkatiri.

Além do apoio hoje concretizado, Portugal canalizou já uma assistência orçamental adicional de 150 mil dólares para o serviço público timorense.

A entrega do estúdio é o aspecto mais concreto de apoio ao Serviço Público de Radiodifusão de Timor-Leste (SPRTL) feito até agora, no âmbito de um protocolo entre os Estados dos dois países assinado em meados de 2001.

Por isso, Vincente Guterres, responsável pelo SPRTL, considerou a oferta do estúdio e a concretização do protocolo agora entre empresas, um sinal claro de que "melhor do que falar é fazer".

"Esperamos que este equipamento e a preparação técnica em curso possa ajudar-nos a contribuir melhor para a sociedade timorense", disse.

Gonçalo Reis, administrador da RTP, salientou que a iniciativa permitirá "uma melhoria significativa da qualidade da televisão em Timor-Leste", salientando que mais do que apoio no domínio dos equipamentos, a efectividade da cooperação só será conseguida com investimentos no capital humano.

"É esse compromisso que assumimos com a SPRTL, realizando acções recorrentes de formação, disponibilizando de forma permanente assessores tanto em termos administrativos e de gestão como a nível de programa e informação", disse.

"Igualmente importante é um compromisso no que se refere a conteúdos, especialmente ao nível de ficção, leia-se telenovelas, documentários e programas infantis", afirmou.

Retomando um dos temas centrais de todas as suas declarações públicas desde o início, domingo, da visita que está a efectuar em Timor-Leste, Morais Sarmento quis deixar uma "adenda pública" ao memorando, referindo-se à questão da língua portuguesa e à necessidade de troca de conteúdos.

"Nesta área que consideramos decisiva para a divulgação da língua é especialmente importante que esteja concretizado este sonho colectivo", disse.

"Mas que agora seja agora acompanhado por uma acção continuada de apoio na disponibilização de conteúdos, quer para Timor-Leste quer, tentando passar a ter alguns conteúdos relativos a Timor-Leste nas emissões da televisão em Portugal", sustentou.



Mari Alkatiri considerou, por seu lado, que "depois de dois anos de espera", a entrega do estúdio se tomou "na concretização de um sonho", aproveitando a oportunidade para deixar uma mensagem sobre a necessidade de maior responsabilização dos jornalistas timorenses.

"É preciso que os profissionais da comunicação social tenham sempre presente que não basta lutar por mais independência (...) mas que é preciso profissionalismo, objectividade, ser investigativo e isso só se faz com formação", afirmou.

O chefe do governo pediu ainda mais "modéstia e dedicação" que diz serem insuficientes em Timor-Leste, por forma a garantir uma melhoria das capacidades humanas do país, manifestando-se convicto de que o apoio de Portugal se manterá.

Antes da cerimónia, a questão da língua portuguesa e da lusofonia tinha já sido vinculada numa conversa que Morais Sarmento manteve com estudantes da Universidade Nacional de Timor-Leste, onde entregou uma nova biblioteca oferecida pela Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Numa sala com poucos "VIP" e muitos alunos, Morais Sarmento ouviu pedidos e preocupações dos estudantes, com um jovem a lembrar que "é muito difícil aprender a língua portuguesa" e outro a pedir mais cursos e mais livros, tanto em português como em inglês.

O governante acabou por referir-se à importância da língua portuguesa em Timor-Leste quer como instrumento de identidade quer ao nível da "comunidade de afectos (...) de objectivos políticos (...) e de interesses comerciais" que é a CPLP.

Morais Sarmento aludiu, também aí, à importância das telenovelas e outra ficção na televisão e ao futebol na rádio como exemplos de acções que

podem ajudar à promoção da língua em português.

"Ver uma telenovela ou ouvir um jogo de futebol são maneiras mais fáceis de aprender o português e mais simpáticas do que estar na aula", afirmou, frisando no entanto a grande importância dos livros como instrumento não só linguístico como cultural e de transmissão de conhecimentos.

O reitor da Universidade acabou por se solidarizar com as dificuldades dos alunos, referindo que as perguntas demonstram que a geração mais jovem de Timor-Leste "não tem falta de vontade de aprender".

"É preciso é inventar mais modalidades para ajudar os jovens neste processo de aprendizagem da língua", sublinhou Corte-Real.

No último dia de trabalho, Ministro da Presidência português inaugurou os primeiros serviços de transporte de sinal de radiodifusão entre as cidades timorenses de Díli e Baucau, disponibilizados pela Timor Telecom, empresa comparticipada pela Portugal Telecom (PT).

A inauguração, efectuada com uma entrevista a Morais Sarmento nos estúdios nacionais da RDP, coincidiu com a entrada em funcionamento da primeira Rede Digital com Integração de Serviços (RDIS) de Timor-Leste, igualmente assegurada pela PT.

A nova rede permite a transmissão paralela de voz e dados, dando "maior velocidade à Internet e melhor qualidade no serviço normal", como refere uma nota de imprensa da Timor Telecom (TT).

Os novos serviços representam a entrada em funcionamento da fase avançada do projecto da TT em Timor-Leste, uma empresa que assumiu em Março último a responsabilidade pelas telecomunicações timorenses.

Paralelamente, foi igualmente inaugurada uma nova loja da empresa com serviços de telefone e Internet pública, além dos normais serviços de atendimento, que funciona no rés-do-chão do edifício onde está instalada a Embaixada de Portugal em Díli.

Momentos depois, Morais Sarmento esteve presente na reabertura do balcão da Caixa Geral de Depósitos - BNU Timor instalado no primeiro espaço ocupado pela empresa em Díli, em Setembro de 1999, depois da ocupação indonésia.

Além dos serviços bancários normais o espaço é igualmente uma galeria de arte para mostras de trabalhos de artistas timorenses.

Morais Sarmento regressou a Portugal no dia 12, quarta-feira.

Fonte: Lusa



NELAS (DISTRITAL DE VISEU)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se todos os militantes da Secção de Nelas, para reunir no dia 20 de Dezembro de 2003, pelas 15h00, na Escola Secundária de Nelas, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Notas:

As listas candidatas devem ser entregues na sede Distrital do PSD de Viseu até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral acima referido.

As urnas estarão abertas por um período mínimo de duas horas. Das 15h00 às 17h00.

FIGUEIRA DA FOZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se todos os militantes da Secção da Figueira da Foz, para reunirem no próximo dia 28 de Dezembro de 2003, pelas 14h30, na sede do PSD, sita na Rua da Liberdade, n.º6, na cidade da Figueira da Foz, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Notas:

O acto eleitoral decorrerá das 14h30 às 17h30.

A sede estará aberta todas as 4.º feiras como habitualmente e também entre as 20 e 24 de Dezembro de 2003 das 20h00 às 21h00, para recepção de candidaturas.

GOLEGÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacional do PSD, convocam-se todos os militantes para o plenário da Secção de Golegã, a reunir no próximo dia 20 de Dezembro de 2003 (sábado), pelas 21h00, na sede concelhia, sita na Rua Heróis de Mucaba, Golegã, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Eleição para os Órgãos Concelhios do PSD da Golegã;

2. Diversos.

Notas:

As urnas estarão abertas das 21h00 às 22h00.

VAGOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção Concelhia de Vagos, para reunir, em Sessão Ordinária, no dia 27 de Dezembro de 2003, pelas 20h30, no Restaurante Pôr-do-Sol, no São João em Vagos, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informação da actividade desenvolvida pela CPS;
2. Discussão e Aprovação do Plano de Actividades e Orçamento para o ano 2004;
3. Análise da situação Política;
4. Outros assuntos de interesse para o Partido.

Nota:

Se à hora não estiverem presentes mais de metade dos militantes, a Assembleia funcionará meia hora mais tarde com qualquer número de militantes presentes.

COVILHÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção, para reunir no próximo dia 5 de Dezembro de 2003, sexta-feira, pelas 21h00, na sede Concelhia da Covilhã, na Rua Visconde da Coriscada, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação política.

ERMESINDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Ermesinde, para reunir no dia 4 de Dezembro de 2003, pelas 21h30, na sede sita na Rua Rodrigues de Freitas n.º 870, Ermesinde, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação política;
2. Informação.

NÚCLEO LITORAL DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia do Núcleo Litoral do Porto, para reunir no próximo dia 4 de Dezembro de 2003, das 21h00 às 23h00, na Rua Corte Real, 25 na Foz do Douro, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações s/ assunto de interesse do Núcleo;
2. Análise da situação Política/ Partidária.
3. Análise de assuntos de interesse relacionados com as Freguesias abrangidas por este Núcleo;

PORTIMÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Portimão, para reunir em Plenário no próximo dia 20 de Dezembro de 2003, (sábado), pelas 15h00, na sede Concelhia do PSD, sita na Rua Machado Santos, n.º17, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: O acto eleitoral decorrerá entre as 15h30 e as 19h30. Os processos de candidatura deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia, na sede do Partido, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao mesmo.

REGUENGOS DE MONSARAZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Reguengos de Monsaraz, para reunir no dia 22 de Dezembro de 2003, entre as 21h30 e as 23h30, na sede da Secção, sita na Rua Serpa Pinto, n.º15, em Reguengos de Monsaraz, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota:

O acto eleitoral terá no dia 22 de Dezembro de 2003, entre as 21h30 e as 23h30.

As candidaturas deverão ser apresentadas à Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem a substitua, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, de acordo com o estabelecido no n.º4 do artigo 4.º do Regulamento Eleitoral.

Para recepção das candidaturas, a sede estará abertas nos dias 18 e 19 de Dezembro de 2003.

ESPINHO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e demais normativos aplicáveis, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção de Espinho, para reunir ordinariamente no próximo dia 19 de Dezembro de 2003, pelas 19h00, na sede concelhia, sita na Rua 19, n.º339,

2.º andar, em Espinho com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota:

As listas deverão ser entregues até às 24h00 do dia 16 de Dezembro de 2003, estando a sede aberta nesse dia e para esse efeito das 22h00 às 24h00.

As urnas estarão abertas das 19h00 às 23h00.

ESPOSENDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes da Concelhia de Esposende, para o Plenário de Secção, a reunir no próximo dia 28 de Novembro de 2003, pelas 21h00, no Hotel Suave Mar, na cidade de Esposende, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise da Situação Política;
2. Descentralização Administrativa – Áreas Metropolitanas – Discussão;
3. Assuntos de interesse para o PSD.

NÚCLEO DE CANELAS (VILA NOVA DE GAIA)

Nos termos do n.º1 do artigo 71.º dos Estatutos e demais disposições estatutárias e regulamentares, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Canelas, Concelho de Vila Nova de Gaia, a realizar no dia 22 de Dezembro de 2003, em sistema de urna aberta, entre as 21h30 e as 24h00, na sede da secção, sita na Rua Francisco Sá Carneiro, 1323 – 4400-129 Vila Nova de Gaia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Núcleo.

Nota:

As listas candidatas, conforme dispõe o Regulamento Eleitoral, deverão ser entregues à Comissão Política da Secção do PSD de Vila Nova de Gaia, na respectiva sede, das 21h00 às 24h00 e até às 24h00 do terceiro dia anterior ao da realização do acto eleitoral.

NÚCLEO DE CRESTUMA (VILA NOVA DE GAIA)

Nos termos do n.º1 do artigo 71.º dos Estatutos e demais disposições estatutárias e regulamentares, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Crestuma, Concelho de Vila Nova de Gaia, a realizar no dia 22 de

Dezembro de 2003, em sistema de urna aberta, entre as 21h30 e as 24h00, na sede da secção, sita na Rua Francisco Sá Carneiro, 1323 – 4400-129 Vila Nova de Gaia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Núcleo.

Nota: As listas candidatas, conforme dispõe o Regulamento Eleitoral, deverão ser entregues à Comissão Política da Secção do PSD de Vila Nova de Gaia, na respectiva sede, das 21h00 às 24h00 e até às 24h00 do terceiro dia anterior ao da realização do acto eleitoral.

NÚCLEO DE SANDIM (VILA NOVA DE GAIA)

Nos termos do nº1 do artigo 71º dos Estatutos e demais disposições estatutárias e regulamentares, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Sandim, Concelho de Vila Nova de Gaia, a realizar no dia 22 de Dezembro de 2003, em sistema de urna aberta, entre as 21h30 e as 24h00, na sede da secção, sita na Rua Francisco Sá Carneiro, 1323 – 4400-129 Vila Nova de Gaia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Núcleo.

Nota: As listas candidatas, conforme dispõe o Regulamento Eleitoral, deverão ser entregues à Comissão Política da Secção do PSD de Vila Nova de Gaia, na respectiva sede, das 21h00 às 24h00 e até às 24h00 do terceiro dia anterior ao da realização do acto eleitoral.

NÚCLEO DE SERZEDO (VILA NOVA DE GAIA)

Nos termos do nº1 do artigo 71º dos Estatutos e demais disposições estatutárias e regulamentares, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Serzedo, Concelho de Vila Nova de Gaia, a realizar no dia 22 de Dezembro de 2003, em sistema de urna aberta, entre as 21h30 e as 24h00, na sede da secção, sita na Rua Francisco Sá Carneiro, 1323 – 4400-129 Vila Nova de Gaia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Núcleo.

Nota: As listas candidatas, conforme dispõe o Regulamento Eleitoral, deverão ser entregues à Comissão Política da Secção do PSD de Vila Nova de Gaia, na respectiva sede, das 21h00 às 24h00 e até às 24h00 do terceiro dia anterior ao da realização do acto eleitoral.

NÚCLEO DE SEIXOZELO (VILA NOVA DE GAIA)

Nos termos do nº1 do artigo 71º dos Estatutos e demais disposições estatutárias e regulamentares, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Seixozele, Concelho de Vila Nova de Gaia, a realizar no dia 22 de Dezembro de 2003, em sistema de urna aberta, entre as 21h30 e as 24h00, na sede da secção, sita na Rua Francisco Sá Carneiro, 1323 – 4400-129 Vila Nova de Gaia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Núcleo.

Nota: As listas candidatas, conforme dispõe o Regulamento Eleitoral, deverão ser entregues à Comissão Política da Secção do PSD de Vila Nova de Gaia, na respectiva sede, das 21h00 às 24h00 e até às 24h00 do terceiro dia anterior ao da realização do acto eleitoral.

NÚCLEO DE S. FÉLIX DA MARINHA (VILA NOVA DE GAIA)

Nos termos do nº1 do artigo 71º dos Estatutos e demais disposições estatutárias e regulamentares, convoca-se a Assembleia do Núcleo de S. Félix da Marinha, Concelho de Vila Nova de Gaia, a realizar no dia 22 de Dezembro de 2003, em sistema de urna aberta, entre as 21h30 e as 24h00, na sede da secção, sita na Rua Francisco Sá Carneiro, 1323 – 4400-129 Vila Nova de Gaia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Núcleo.

Nota: As listas candidatas, conforme dispõe o Regulamento Eleitoral, deverão ser entregues à Comissão Política da Secção do PSD de Vila Nova de Gaia, na respectiva sede, das 21h00 às 24h00 e até às 24h00 do terceiro dia anterior ao da realização do acto eleitoral.

NÚCLEO DE OLIVAL (VILA NOVA DE GAIA)

Nos termos do nº1 do artigo 71º dos Estatutos e demais disposições estatutárias e regulamentares, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Olival, Concelho de Vila Nova de Gaia, a realizar no dia 22 de Dezembro de 2003, em sistema de urna aberta, entre as 21h30 e as 24h00, na sede da secção, sita na Rua Francisco Sá Carneiro, 1323 – 4400-129 Vila Nova de Gaia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Núcleo.

Nota: As listas candidatas, conforme dispõe o Regulamento Eleitoral, deverão ser entregues à Comissão Política da Secção do PSD de Vila Nova de Gaia, na respectiva sede, das 21h00 às 24h00 e até às 24h00 do terceiro dia anterior ao da realização do acto eleitoral.

NÚCLEO DE GULPILHARES (VILA NOVA DE GAIA)

Nos termos do nº1 do artigo 71º dos Estatutos e demais disposições estatutárias e regulamentares, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Gulpilhares, Concelho de Vila Nova de Gaia, a realizar no dia 22 de Dezembro de 2003, em sistema de urna aberta, entre as 21h30 e as 24h00, na sede da secção, sita na Rua Francisco Sá Carneiro, 1323 – 4400-129 Vila Nova de Gaia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Núcleo.

Nota: As listas candidatas, conforme dispõe o Regulamento Eleitoral, deverão ser entregues à Comissão Política da Secção do PSD de Vila Nova de Gaia, na respectiva sede, das 21h00 às 24h00 e até às 24h00 do terceiro dia anterior ao da realização do acto eleitoral.

ERRATA

S. DOMINGOS DE RANA

As eleições de S. Domingos de Rana convocadas para o dia 6 de Dezembro são alteradas para o dia 9 de Dezembro pelas 21h30.



PAÇOS DE FERREIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco os militantes da Secção da JSD de Paços de Ferreira, para uma reunião plenária a realizar no dia 28 de Outubro de 2003 (6.ª-feira), pelas 21h00, na Sede Concelhia, sita na Av.ª dos Templários, 309 Dr.º, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição dos Órgãos Concelhios da JSD, (Conselheiros Distritais, Mesa do Plenário e Comissão Política).

NOTA: A Urna estará aberta até às 23h30;

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário, ou a quem o substitua na Sede Concelhia até às 24h00 do dia anterior ao acto eleitoral.

No início dos trabalhos, a Mesa poderá conceder um período, não superior a 30 minutos, reservado à apresentação de candidaturas.

NÚCLEO de VERMOIM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se todos os militantes do Núcleo de Vermoim para um Plenário Eleitoral a realizar no dia 6 de Dezembro de 2003, pelas 14h30, na Sede Concelhia, sita na Rua Eng.º Duarte Pacheco, 987, Vermoim - Maia, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- Eleição da Mesa do Plenário do Núcleo;
- Eleição da Comissão Política do Núcleo.

NOTA: As listas deverão ser entregues até às 24h00 do dia anterior ao acto eleitoral, na Sede Concelhia, que se encontrará aberta a partir das 22h00.

As urnas estarão abertas das 15h00 às 18h00.

NÚCLEO de MAIA LESTE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se todos os militantes do Núcleo de Maia Leste para um Plenário eleitoral a realizar no dia 6 de Dezembro de 2003, pelas 14h30, na Sede Concelhia, sita na Rua Eng.º Duarte Pacheco, 987, Vermoim - Maia, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- Eleição da Mesa do Plenário do Núcleo;
- Eleição da Comissão Política do Núcleo.

NOTAS:

As listas deverão ser entregues até às 24 horas do dia anterior ao acto eleitoral, na Sede Concelhia, que se encontrará aberta a partir das 22h00.

As urnas estarão abertas das 15h00 às 18h00.

NÚCLEO da VILA do CASTELO da MAIA



Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se todos os militantes do Núcleo de Vila do Castelo da Maia para um Plenário eleitoral a realizar no dia 6 de Dezembro de 2003, pelas 14h30, na Sede Concelhia, sita na Rua Eng.º Duarte Pacheco, 987, Vermoim - Maia, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- Eleição da Mesa do Plenário do Núcleo;
- Eleição da Comissão Política do Núcleo.

NOTAS:

As listas deverão ser entregues até às 24 horas do dia anterior ao acto eleitoral, na Sede Concelhia, que se encontrará aberta a partir das 22h00.

As urnas estarão abertas das 15h00 às 18h00.

AMARANTE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de militantes da JSD de Amarante, a reunir no dia 28 de Novembro de 2003 (Sexta-feira), pelas 20h00, na Sede do PSD, sita no Edifício do Salto, 4600 Amarante, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Eleição da Mesa de Plenário;
- 2- Eleição da Comissão Política Concelhia da JSD de Amarante;
- 3- Eleição dos Conselheiros Distritais da JSD de Amarante.

NOTA:

a) As listas deverão ser entregues até às 24h00 do dia 27 de Novembro de 2003, na Sede do PSD de Amarante.

b) A urna funcionará das 20h00 às 22h00.

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção do Porto, para uma reunião, realizar no próximo dia 18 de Dezembro de 2003, pelas 19h00, na respectiva Sede Concelhia, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Eleição dos Delegados ao XVII Congresso Nacional da JSD.

NOTA:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção ou a quem, o possa estatutariamente substituir, na Sede Concelhia da JSD do Porto sita à Rua do Pinheiro Manso 305, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Electivo da JSD.

As urnas estarão abertas das 19h00 às 23h00.

ORIENTAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos em vigor, convocam-se todos os militantes da Secção Oriental de Lisboa, da JSD, para o Plenário da Secção, a realizar no próximo dia 28 de Novembro de 2003 (Sexta-feira), pelas 17h00, na Sede da Secção, sita na Rua Manuel dos Santos, Lote 21-A, Subcave, em Lisboa, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Eleição da Mesa do Plenário da Secção;
- 2- Eleição da Comissão Política de Secção;
- 3- Eleição dos Delegados da Secção Oriental ao Conselho Distrital de Lisboa.

NOTA:

a) As listas devem ser entregues, em duplicado, ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital, ou a quem estatutariamente o substituir, até às 24h00 do dia anterior ao do acto eleitoral, na Sede Distrital da JSD, sita na Rua da Junqueira, n.º 209, em Lisboa;

b) As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos, e apresentar as respectivas subscições, nos termos estatutários;

c) As urnas estarão abertas pelo período de 6 (seis) horas.

CONSELHO DISTRITAL de CASTELO BRANCO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco uma reunião extraordinária do Conselho Distrital da JSD, para o dia 29 de Novembro de 2003, pelas 17h00, na Sede da Distrital em Castelo Branco, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Eleição dos Delegados à Assembleia Distrital

NOTAS:

1- As urnas estarão abertas das 17 horas as 18h30 horas;

2- As listas poderão ser entregues até às 24 horas do dia anterior à votação.

CASTRO DAIRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário da Secção de Castro Daire, para uma reunião a realizar no próximo dia 19 de Dezembro de 2003 (Quinta-feira), pelas 21h00, na Sede do PSD de Castro Daire, com a

seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único- Eleições dos Delegados ao XVII Congresso Nacional da JSD – Revisão Estatutária.

NOTA:

As listas deverão ser entregues ao a quem estatutariamente o substitua, até às 24h00 do dia anterior ao acto eleitoral, na Sede Concelhia da JSD de Castro Daire.

NÚCLEO LITORAL do PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e das demais disposições legais aplicáveis, convoco os militantes do Núcleo Litoral do

Porto da JSD para reunirem em Plenário Eleitoral, no próximo dia 27 de Novembro de 2003 (Quinta-feira), entre as 21h00 e as 23h00, no Edifício-Sede da Junta de Freguesia da Foz do Douro, sito à Rua de Côrte-Real, 25, na Cidade do Porto, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1- Eleição da Mesa do Plenário de Núcleo e da Comissão Política de Núcleo.

NOTA:

As listas eleitorais candidatas a estes sufrágios deverão ser entregues até às 24h00 do dia anterior à realização destes actos eleitorais, no endereço postal supra-mencionado. Em caso de necessidade, poderá ser contactado o número de telemóvel 91 617 14 64.

Proteja o Ambiente



Sérgio Marques denuncia paradoxos da Política de Coesão

O Deputado do PSD **Sérgio Marques** denunciou hoje, no Parlamento Europeu, em Estrasburgo, “o paradoxo com que está confrontada a Política de Coesão Económica e Social. Na verdade, sublinhou o Deputado social democrata, se por um lado, o desafio do alargamento é o maior de sempre para esta política comunitária, por outro é facilmente constatável uma vontade política anémica e mesmo reticente relativamente à imperiosa necessidade de revitalizar este pilar fundamental da construção europeia, de modo a dotá-lo das condições necessárias para responder aos imensos desafios do alargamento. **Em lugar de revitalizar, fala-se por vezes em renacionalizar. Em lugar de mais recursos e de mais solidariedade, denotam-se os egoísmos nacionais**”.

Apesar deste ambiente, Sérgio Marques afirmou “não ter perdido ainda a esperança em respostas



políticas visionárias e solidárias do tipo das que foram dadas por ocasião dos grandes desafios europeus que representaram a realização do mercado interno e da União Europeia e Monetária. Então, por ocasião de cada um destes desafios, duplicaram-se os recursos afectos à política de coesão económica e social. Agora por ocasião do alargamento, faz falta esta ambição à altura dos enormes desequilíbrios regionais dele decorrentes. Até porque, acrescenta, a futura política de solidariedade terá

de atender **TAMBÉM** ao défice de coesão ainda existente na actual União Europeia a 15 países, que corre mesmo o risco de agravar-se em resultado das dinâmicas induzidas pelo alargamento e por uma provável distribuição **NÃO** igualitária dos seus benefícios. Fará todo o sentido que **quem mais vá ganhar com o alargamento também mais contribua para o financiamento da solidariedade europeia**”.

Sérgio Marques afirmou, no entanto, que uma esperança realista o leva a “acreditar na continuidade duma Política de Coesão dotada dos meios suficientes que lhe permita a produção de impactos positivos no pós-alargamento no mínimo idênticos aos que até agora produziu em regiões de países como a Irlanda, Portugal, Espanha ou Grécia”.

Uma esperança que é também fundamentada nas posições da Comissão Europeia e em particular do Comissário Barnier que

felizmente, contra ventos e marés, não desistiu de acreditar que é possível uma efectiva política de coesão económica e social à escala europeia, dotada com um patamar mínimo de recursos financeiros, mais simplificada, descentralizada e eficaz e com um maior contributo para os objectivos da coesão por parte das outras políticas comunitárias. Uma política de coesão que tem de aperfeiçoar as suas respostas às necessidades das Regiões Insulares, das regiões de montanha, das Regiões de baixa densidade demográfica e naturalmente das Regiões Ultraperiféricas. Mas não se confundam realidades distintas. **O isolamento e a distância é a característica que marca as Regiões Ultraperiféricas e que não encontramos em nenhuma outra região. E a estas realidades distintas têm de corresponder tratamentos diferenciados por parte da União Europeia**”.

Joaquim Piscarreta preocupado com os Fundos Estruturais para o Algarve no QCA IV (2007-2013)

O Deputado do PSD **Joaquim Piscarreta** afirmou, em Estrasburgo, que “hoje em dia, ninguém tem a ousadia de pôr em causa que os Fundos Estruturais foram e continuam a ser um **instrumento crucial para a redução das desigualdades de desenvolvimento regional**”.

Num debate no Parlamento Europeu sobre como melhorar a execução dos Fundos Estruturais, Joaquim Piscarreta manifestou preocupação com “os fundos disponíveis que ficam por utilizar e que ascendem aos 91.6 mil milhões de euros, ou seja o equivalente do **orçamento anual da União Europeia**. Findo o prazo para a programação 94-99, **ainda existiam cerca de 300 programas do FEDER que não tinham apresentado qualquer pedido de pagamento. Nestas condições, estes valores frisam a aberração**”.

O meu único consolo, disse, é saber que Portugal é dos Estados Membros que melhor aplica os fundos”.

Joaquim Piscarreta salientou o facto de, “no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio II (QCA II) que só agora ficou com os dados todos apurados, Portugal apresentar taxas de execução exemplares : 99.6% no FEDER, 98.3% no FSE, 100% no FEOGA e 90% no IFOP. Considerado na sua globalidade, **Portugal situa-se nos 94.2% de taxa de execução, nitidamente acima dos seus parceiros europeus**”.

Da mesma forma, o QCA III, que abrange o período 2000-2006, continua muito problemático para a União Europeia. **Mas mais uma vez, os valores portugueses estão em bom caminho**, com base nos relatórios intermédios de avaliação”.

Joaquim Piscarreta denunciou as “causas de tal subexecução : programações longas e complexas; falta de fiabilidade das previsões de pagamentos e sobreposição de diferentes períodos de programação. Confrontado com a importância

dos valores por utilizar, o Conselho avançou com **soluções que**, na opinião do Deputado social democrata, **pecam por excesso de prudência**”. Joaquim Piscarreta manifestou-se “convicto que tais medidas não surtirão os efeitos que se esperam delas, sendo até algumas contraprodutivas”.

O Deputado afirmou ainda que “a Comissão Europeia deve ser responsabilizada pela definição das prioridades de desenvolvimento, pela conformidade das acções e o controlo da execução, deixando aos Estados Membros a exclusiva responsabilidade pela execução e gestão das acções estruturais. Além do mais, disse, esta subexecução dos fundos estruturais **prejudica gravemente a imagem da UE junto dos seus cidadãos**”.

Como português e algarvio, Joaquim Piscarreta afirmou a sua esperança em que “o próximo QCA IV (2007-2013) **continue a integrar o Algarve como região beneficiária de acções**



estruturais, mesmo que no contexto de uma Europa alargada. Caso contrário, parece legítimo exigir uma solução justa que permita a estas regiões, não elegíveis unicamente pelo efeito do empobrecimento estatístico da UE alargada, serem apoiadas no seu esforço para a convergência”.

Jorge Nuno Sá na 4ª Edição da Festa Laranja de Guimarães

Esta já tradicional iniciativa da JSD/Guimarães pautou-se de novo pelo êxito, confirmando o seu prestígio entre os militantes no Norte.

A festa deste ano teve lugar no pretérito 8 de Novembro e o Presidente da JSD foi um dos 800 convivas.

Acção de Formação em Viseu conta com Pedro Duarte

A Comissão Política de Secção da JSD/Viseu, promoveu uma acção de formação política, que contou com a presença do companheiro Pedro Duarte, Presidente da Mesa do Congresso Nacional da JSD e Deputado da JSD à Assembleia da República.

A iniciativa ocorreu no passado dia 15 de Novembro, no Solar dos Peixotos (Viseu) e foi seguida da Inauguração da sede do Núcleo da JSD de Vila Chã de Sá.

Secretário de Estado do Desporto e da Juventude, Hermínio Loureiro em Vila Real

No passado dia 8 de Novembro de 2003, a JSD/Vila Real organizou o **“Fórum Desporto e Juventude”** que teve como convidados o Secretário de Estado da Juventude e Desporto, Hermínio Loureiro e a Delegada Regional do Instituto do Desporto de Portugal e Docente da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro Prof. Dolores Monteiro.

O Secretário de Estado da Juventude e Desporto, dividiu o seu discurso em dois grandes temas, Juventude e Desporto. Da intervenção sobre Juventude importa realçar a nova forma como o Governo encara a Juventude e a Política de Juventude, dando como exemplo que *“todos os serviços com responsabilidade na área da Juventude foram reunidos apenas num Instituto - IPI - eliminando-se desta forma a enorme burocracia que era originada pela distribuição de competências por várias Instituições”*, falou ainda no projecto **“Lojas da Juventude”**, um *“desafio que obriga”* a uma forte parceria entre a Administração Central e as Autarquias.

No tema Desporto reafirmou que, *“foi necessário primeiro arrumar a casa, estava muita coisa fora do seu lugar”*, para depois salientar a importância do desporto Português no Mundo, dando como exemplos as recentes vitórias de portugueses a nível Mundial.

No final da sessão de perguntas e respostas a Comissão Política Concelhia da JSD de Vila Real promoveu um lanche/magusto a todos os presentes e convidados, entre eles o Presidente da JSD – Nacional o Deputado Jorge Nuno de Sá.

Tomada de Posse da CPD/JSD de Portalegre

O jantar de tomada de posse da Distrital da JSD Portalegre será realizado no dia 22 de Novembro, pelas 20 horas, em Alter do Chão, com a presença do presidente da JSD Jorge Nuno de Sá e da Secretária Geral Ana Zita Gomes.

Haverá uma visita à Coudelaria de Alter pelas 15 horas para a qual todos se encontram desde já convidados.

No ar já se sente o aroma da quadra festiva que se aproxima a passadas largas.

A JSD, como grande família que é, tem organizado um pouco por todo o lado um conjunto de actividades alusivas, com jantares-debate, magustos, convívios e demais acções que têm como objectivo reunir os militantes e proporcionar um descontraído espaço de diálogo e troca de opiniões sobre a actual situação política.

Nesta edição damos nota de algumas das iniciativas que tiveram lugar e as que estão agendadas.

Secções de Fátima e Ourém discutem a “Nova Geração Política”

Dando continuidade ao projecto de descoberta de novas paisagens e conhecimentos, a JSD de Fátima associada à JSD Ourém, promovem uma acção a realizar de 12 a 14 de Dezembro de 2003 na Serra da Estrela na Serra da Estrela.

Mais informações sobre esta iniciativa podem ser encontradas em www.jsd.pt

JSD/Cartaxo promoveu noite de tunas

A Comissão Política de Secção da JSD/Cartaxo organizou no passado 15 de Novembro um encontro de tunas para animar um convívio entre os seus militantes. O evento teve lugar no Parque de Exposições da Câmara Municipal do Cartaxo.

Festa Laranja da JSD/Montijo

No próximo dia 21 de Novembro, às 21 horas, a Comissão Política do Montijo da JSD convida todos os nossos militantes e simpatizantes para a “Festa Laranja” que decorrerá no Bar Old West no Montijo. Este evento tem como objectivo criar um espaço de socialização e convívio salutar entre os jovens laranja do Montijo e de todo o País. Os convites serão entregues aos companheiros que se deslocarem ao local.

CURTAS/AGENDA

- **A JSD/Guimarães** deu início, no passado fim-de-semana, ao seu Torneio de Futebol. Brevemente daremos conta dos vencedores.

- **Núcleo de Vila Chã de Sá inaugurou a sua sede.** Este importante passo para a actividade política desta estrutura teve lugar no passado dia 15 de Novembro.

- **Rally Paper** da JSD/Lousada: esta secção levou a efeito o seu IV Rally Paper. Esta iniciativa que já tem tradição realizou-se no pretérito 8 deste mês. Os prémios serão entregues num jantar a ter lugar no próximo dia 28.

- **Mega Arraial / Magusto da JSD Lousada** - realiza-se no dia 23 de Novembro, no centro da freguesia de Caíde de Rei. É esperada muita animação a este arraial laranja.

- **Posse dos órgãos Concelhios da JSD/Barreiro.** O acto solene aconteceu neste último sábado, 15 de Novembro, pelas 16 horas, na Sede PSD/JSD Barreiro (Rua Miguel Pais, nº 39). Aos novos dirigentes desejamos os maiores sucessos em prol da juventude.

- **Magusto em Coruche:** o já tradicional Magusto da JSD/Coruche, realizado a 15 de Novembro, contou com a costumeira animação e troca de ideias sobre agenda nacional.

O Gabinete de Informação incentiva todos os militantes a deixarem as suas críticas e sugestões acerca do www.jsd.pt, solicitando o envio das mesmas para paulocolaco@jsd.pt e carloslopes@jsd.pt

Esquizofrenia

Uma parte de nós olha para os indicadores económicos, do Banco de Portugal, da OCDE, do BCE e da Comissão e vê, preto-no-branco, que Portugal deu a volta em Julho, iniciando a retoma, como aliás era previsto. A outra parte, que só não vê porque não quer, continua a falar de uma crise profunda, cada vez pior do que no mês anterior, como se de uma catástrofe se tratasse.

É um comportamento esquizóide. Ou mesmo esquizofrénico. A grelha de leitura do indicador avançado da OCDE, confirmando os dados do Banco de Portugal, mostra que a economia nacional fez a sua viragem a meio do ano, sendo que o terceiro trimestre já vai ser positivo em termos de crescimento do PIB. Estes dados coincidem igualmente com as palavras do novo presidente do BCE, que garante que a retoma económica aconteceu este ano, aproveitando o balanço dos EUA. Sobre este país, aliás, a maioria dos economistas subiu as suas previsões de crescimento para 2003 e 2004, entre os 3,8 e os 4,2 por cento, depois da recuperação espectacular, em todos os domínios, nos últimos meses. Essa recuperação tem já efeitos no desemprego, e o mesmo, a seu tempo, acontecerá na Europa e em Portugal.

Mais optimismo só faz bem. - **Luís Delgado, DN**

O Senhor Gastador

Imaginem um senhor que todos os meses recebe um salário, que é gasto nas suas despesas vitais: alimentação, vestuário e habitação, e o restante irá para o banco.

O rendimento que auferir é fixo, então este senhor prefere não gastar tudo o que tem, mas sim poupar para quando houver algum imprevisto ou investir para de futuro conseguir ganhar mais do que o seu rendimento mensal.

Com o objectivo de aumentar o seu rendimento no futuro, este senhor decide aplicar as suas poupanças e pedir um empréstimo para realizar um investimento.

Devido às contas terem sido mal feitas e com um pouco de azar o investimento não dá o lucro esperado, pelo contrário, causa prejuízo... fazendo este senhor não ganhar rendimentos futuros superiores, mas perder o dinheiro investido e algumas poupanças, a agravar a situação é preciso pagar o empréstimo obtido, assim como os respectivos juros.

Mas como está convencido de que ao gastar muito dinheiro cria condições de rendimentos futuros espectaculares repete o mesmo processo e sempre com resultados negativos.

Até que chega uma altura onde mais ninguém lhe empresta dinheiro e só pode recorrer às suas poupanças, que devido aos sucessivos maus investimentos é negativa, ou seja, não tem dinheiro disponível para usar.

Resultado: este senhor que até vivia razoavelmente, antes de realizar os maus investimentos, agora mal tem dinheiro para pagar as suas despesas vitais, devido aos empréstimos anteriores que é preciso pagar.

Apercebendo-se da sua situação, o senhor compreendeu que só reduzindo as suas despesas vitais, conseguiria obter algum dinheiro e pagar a quem deve.

Esta ideia passou à prática e teve de ser repetida tantas vezes quantas as necessárias até conseguir pagar as suas dívidas, caso contrário não conseguiria obter o nível de vida que tinha antes de contrair tantos empréstimos.

O resultado da política de "apertar o cinto" funcionou e todas as dívidas anteriores foram saldadas.

Esta história leva-nos a concluir que quando se gasta mais do que se pode, mais tarde ou mais cedo é preciso pagar essas despesas e com grande sacrifício.

Para acabar, gostava apenas de dizer que este senhor tem um nome que todos nós conhecemos, PORTUGAL. - **João Futscher, "Publico"**

Dois PIB

Como se previa, e num ritmo absolutamente fabuloso, o PIB norte-americano do terceiro trimestre, apenas na primeira leitura, cresceu 7,2 por cento, contra os 3,3 do período anterior, o que pode significar, se a tradição se cumprir, que nas próximas duas revisões deverá ainda aumentar e aproximar-se dos 7,5 por cento. Para que não existam muitas dúvidas, é também habitual, e com este crescimento inédito, que o quarto trimestre seja menos bom, pela simples razão de que é sempre difícil aguentar, nos três últimos meses do ano, um crescimento tão forte. Não vale a pena aos pessimistas perderem tempo com essas análises.

Quanto ao nosso PIB do terceiro trimestre, cujos números só se conhecerão em Dezembro (é fantástico o atraso com que são revelados esses dados em Portugal, uma economia marginal quando comparada com a dos EUA) há a convicção, já generalizada, e tomando em conta os indicadores coincidentes do Banco de Portugal, revelados a semana passada, que pela primeira vez vai apresentar um crescimento em redor dos 0,5 por cento, talvez um pouco mais, o que confirmará a viragem que se anunciava desde o início do ano. É óbvio e evidente que no final de 2003 o PIB de Portugal ainda estará na tangente, mas a tendência positiva, confirmando-se, é inegável e sólida. Notícias animadoras, finalmente. - **Luís Delgado, in "Diário de Notícia"**

Editorial



Luís Álvaro Campos Ferreira

Portugal e a Europa

Que outro caminho alternativo existe ao da construção Europeia? Alguém imagina, ou põe a hipótese de Portugal, neste mundo cada vez mais globalizado, falar a uma só voz?

Com realismo, as opiniões de Portugal sobre política internacional, teriam algum impacto se não tivessem o apoio e o eco da restante União Europeia?

Todos nós, agindo com seriedade intelectual sabemos que o único trajeto para Portugal é o caminho Europeu. O isolamento ou alheamento no que toca ao processo de construção Europeia seria de uma total irresponsabilidade com consequências, a todos os níveis nefastas, para o futuro do País.

Claro que a reflexão colectiva e a consciencialização por parte de todos nós, sobre o novo tratado que institui uma Constituição Europeia, é fundamental e imprescindível. Claro que a defesa de identidade nacional é uma questão capital, em todo este processo. Claro que tudo devemos fazer para influenciarmos esta "nova" Europa de forma a que os interesses de Portugal sejam acautelados. Tudo isto é inquestionável, mas também é irreversível a nossa participação activa, na linha da frente no que respeita aos avanços e aos progressos para a estruturação e satisfação da União Europeia.

Portugal caminha com a Europa, construindo um futuro europeu colectivo e multi-nacional. É esse o nosso espaço, é também essa a nossa vocação. Não só porque não há alternativas credíveis, mas também e essencialmente, porque é aí que estão as nossas raízes, o nosso presente e consequentemente estará o nosso futuro.

